



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0493/09	DATA: 05/05/2009
INÍCIO: 15h02min	TÉRMINO: 18h20min	DURAÇÃO: 03h18min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h18min	PÁGINAS: 67	QUARTOS: 40

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

UBIRATAN AGUIAR – Ministro-Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU.

JORGE HAGE – Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União – CGU.

SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE JÚNIOR – Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Justiça.

SUMÁRIO: Discussão sobre a rotina de fiscalização e as regras que devem orientar o intercâmbio de informações no exercício da mesma e o protocolo de intenções firmado entre vários órgãos da Administração Pública para constituir a denominada Rede de Controle da Gestão Pública.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Torres) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle destinada a discutir a rotina de fiscalização e as regras que devem orientar o intercâmbio de informações no exercício da mesma e o protocolo de intenções firmado entre vários órgãos da Administração Pública para constituir a denominada Rede de Controle da Gestão Pública.

Esta audiência pública foi aprovada por meio do Requerimento nº 140/2009, de autoria do Deputado Devanir Ribeiro, na reunião do dia 15 de abril de 2009.

Encontram-se presentes os nossos convidados, a quem peço que assumam seus lugares à Mesa. Convidado o Ministro Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União; o Ministro Jorge Hage, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União; e o Sr. Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, aqui representando o Sr. Ministro da Justiça.

Agradecemos aos convidados a presença. Sabemos que será de muita importância este debate, pois trará subsídios para o trabalho da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Ao declarar aberta esta reunião, quero iniciar pelas exposições dos nossos convidados, que serão 3. Cada um terá direito ao tempo de 20 minutos, que poderá ser prorrogado.

Parece-me que o Ministro Jorge Hage trouxe algo para exibir. Caso V.Exa. não esteja preparado, poderemos passar a palavra ao segundo expositor.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Torres) - Está bem. Vou passar a palavra, inicialmente, ao Ministro Ubiratan Aguiar, ex-Parlamentar, pessoa que teve passagem marcante na Câmara dos Deputados e hoje preside aquele Tribunal tão importante.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve intervenção.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Sílvio Torres) - Deputado Moreira Mendes, V.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Antes de V.Exa. passar a palavra ao ilustre e querido Ministro Ubiratan Aguiar, quero penitenciar-me e pedir desculpas, pois devo me ausentar para que, rapidamente, possa registrar presença na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que votará um projeto muito importante. Como fiz um pedido de vista, devo dele abrir mão para que tal ocorra.

Sr. Ministro, não receba isso como uma desconsideração a V.Exa., por quem tenho o maior respeito. Voltarei para ouvir o Ministro Jorge Hage e o ilustre Sr. Sylvio Rômulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Torres) - Estaremos aguardando, Deputado Moreira Mendes.

Com a palavra o Ministro Ubiratan Aguiar.

O SR. MINISTRO UBIRATAN AGUIAR - Sr. Presidente, Deputado Sílvio Torres, Deputado Devanir Ribeiro, firmatário do convite que muito nos honra e possibilita voltar a esta Casa pela qual tenho o maior respeito. Aqui passei 16 anos de minha vida, procurando contribuir nas áreas que sempre foram minha paixão: educação, cultura, ciência e tecnologia.

Meus caros Parlamentares Márcio Reinaldo Moreira, Edinho Bez; dileto amigo e aniversariante desta data, Ministro Jorge Hage. Ele não quer que eu diga, mas eu controlo até a data do aniversário dele, já que minha função é de controle. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Torres) - O TCU quer controlar tudo, não é, Ministro?

O SR. MINISTRO UBIRATAN AGUIAR - Meu caro representante do Ministro da Justiça Tarso Genro; secretários-gerais do Tribunal, que me honram com a presença; Paulo Vistas; Diretor do Instituto Sezerdello Corrêa e demais funcionários da Assessoria de Comunicação e da Assessoria Parlamentar, esta é uma oportunidade excepcional para nós, do Tribunal.

Órgão de controle vive constantemente sendo questionado em razão de sua atividade. E atividade de controle sempre redunda em contrariar interesses os mais diversos. Mas a referida atividade assenta-se em 2 bases: uma técnica e outra legal.

A base técnica é bem exercida por um quadro da melhor qualidade que possuímos, todo ele recrutado por concurso público, dos mais difíceis, mas de valia muito grande, porque lá temos que examinar da energia atômica à educação, da



saúde às obras civis, dos atos de pessoal ao meio ambiente. Tratamos de tudo. E eu não conheço, pois não fui apresentado até o dia de hoje, quem possa ser horizontal e vertical em todos os assuntos. Esse quadro é de uma valia muito grande, pois nos ajuda na nossa missão.

E o Ministério Público de Contas, também todo ele formado por pessoal concursado, tem participação indispensável na instrução dos processos.

Mas isso só não basta. Quando fomos criados, desde a concepção do gênio de Rui — e há 116 anos existe essa instituição: Tribunal de Contas da União —, ele a concebeu dentro da visão de que teria de ser uma instituição que tivesse independência para julgar os 3 Poderes. Fiscalizar, julgar as contas dos 3 Poderes e exercitar a fiscalização com a maior imparcialidade possível. Mas nos deu também uma missão e um dever constitucional: auxiliar o Congresso Nacional tecnicamente em tudo aquilo de que ele necessita para cumprir uma das missões importantes que é acometida ao Poder Legislativo. E o Poder Legislativo tem 2 linhas principais: uma é a legiferante; a outra é a fiscalização.

Então, é dever constitucional nosso auxiliar e prestar todo esse apoio, quer seja por meio das auditorias que nos são solicitadas, quer seja por meio das representações, das consultas e teses formuladas. Isso faz com que o Tribunal de Contas da União seja, integrante que é do Poder Legislativo, aquele órgão que precisa estar em contato permanente com as 2 Casas do Congresso Nacional.

Esta é a razão por que este convite enche-nos de alegria: nos dá a oportunidade de falar desses assuntos e, especificamente, daquele para o qual fomos convidados: a Rede de Controle da Gestão Pública.

Essa demanda decorre de uma necessidade que todos sentimos: o Ministro Jorge Hage, na CGU; o Ministro da Fazenda, por meio da Receita Federal; o Ministro que dirige o Banco Central; o Ministro da Justiça, por meio da Polícia Federal.

Temos também o controle que se opera pela investigação — e aí é o caso da Polícia Federal e do Ministério Público. E o que vemos? O Estado brasileiro dispõe de órgãos de controle, aqueles que a Constituição prevê, de controle interno e de controle externo, mas, além desses, há também os órgãos de controle específico, que cuidam da evolução patrimonial, da movimentação financeira, lavagem de



dinheiro. Enfim, todos operam pela via da investigação, como acabei de falar, mas que não se comunicam; são ilhas nesse grande arquipélago estatal que é o controle.

Surgiu, então, nossa necessidade muito grande de interagir, de reunir forças para combatermos a fraude, o desvio, a corrupção, o desperdício.

E olhem com que alegria chegaram a essa conclusão o Ministro Jorge Hage; o Ministro Guido Mantega; o Ministro Tarso Genro; o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo; o Ministro Tofolli, da AGU; somando-se ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e ao Procurador-Geral da República. Enfim, todos fomos subscritores de um protocolo de intenções — e todas elas caminhavam na direção de uma articulação que possibilitasse uma ação efetiva do Estado. O argumento é o seguinte: o crime se organiza; e o Estado não? Então nós temos que nos organizar para enfrentar o crime, para combater a corrupção.

A partir daí já tivemos várias oficinas de trabalho. Já tivemos vários eventos. Já firmamos termos de cooperação técnica com o Ministério da Justiça no que diz respeito ao combate a fraudes em licitações. Estamos, hoje, com outro termo de cooperação técnica pronto. Recebemos o documento do Tribunal Superior Eleitoral, examinamos, fizemos algumas sugestões, e já o estamos devolvendo ao Tribunal Superior Eleitoral. Trata-se de cooperação para controle dos financiamentos de campanha. Estamos, também, em contato com a Receita Federal, já ultimando os detalhes para a celebração de um termo de cooperação técnica com aquele órgão do Ministério da Fazenda.

Mas só isso, entre nós, não teria significado se não houvesse a participação e o apoio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que também subscreveram aquele documento. E eu digo por que a importância. No início eu disse que nos assentamos em uma base técnica e em uma base legal. Nós somos criticados pela demora nos julgamentos dos processos. O efeito e a causa: nós dependemos de uma lei processual, que defende o amplo direito de defesa, o qual também defendemos e queremos. Mas é o abuso o que condenamos. E esse abuso permite um sem-número de recursos, a maioria deles com efeito suspensivo, que faz com que se tornem intermináveis as apreciações dos processos que tramitam naquela Casa. Um processo se transforma em 5, em 6. Cada recurso é um novo processo. Começa tudo a ser examinado de novo!



Depois, se não bastasse a crítica à morosidade — e a nossa Lei Orgânica copia o que está na lei processual, que deve ser seguida —, há um outro aspecto que merece ser ressaltado: constantemente se diz que o Tribunal paralisa obras e que os órgãos de controle — e aí a CGU é nossa parceira desse sofrimento, padecendo das mesmas acusações que nos são feitas — inviabilizam o desenvolvimento.

Devo dizer que não encontrarão um voto nosso que não esteja guardando consonância com a legislação vigente. Se a Lei de Licitações precisa ser revista, se ela está anacrônica, se ela não atende mais às necessidades da sociedade contemporânea do Estado brasileiro, então, que ela seja revista. E ela é quem norteia os nossos votos e as nossas decisões.

Agora há pouco, no gabinete do Presidente Sílvio Torres, dileto amigo, companheiro aqui de tantos mandatos, mostrava a S.Exa. e ao Deputado Devanir Ribeiro um dispositivo da Constituição Federal inserto no § 1º do art. 173, que fala sobre o estatuto jurídico das estatais, das empresas públicas, das economias mistas, das suas subsidiárias que exercem atividade econômica. E, legitimamente, quantas vezes essas empresas e sociedades reclamam e demandam ao Supremo contra as nossas decisões, sob a alegação de que, se seguirem a Lei de Licitações, perderão competitividade...

Mas como vamos prolatar uma decisão, manifestar um voto em desacordo com a lei? Vinte e um anos são passados desse comando constitucional e até hoje essa lei não saiu. Essa é uma realidade que nos chama a pedir o apoio das duas Casas do Congresso Nacional. Sem a participação da Câmara dos Deputados e do Senado, nós não vamos chegar a lugar algum.

Há, ainda, as auditorias que esta Casa nos pede. Alguns Deputados — e gostaria de dizer que temos imenso interesse em atender a todas as solicitações — também nos encaminham, individualmente, pedidos de auditoria, quando, na verdade, nos termos da Constituição, esse expediente deveria ser encaminhado por uma Comissão Permanente ou pelo Presidente de uma das Casas do Congresso.

Pois bem, temos o maior interesse em atender a essas auditorias. Mas cito o exemplo das auditorias sobre os cartões corporativos e indago: como enfrentar o sigilo fiscal? Não temos acesso aos sigilos bancário e fiscal. Há 4 ou 5 anos tramita



— eu não sei quanto tempo, não sei se ainda está no Senado ou se está aqui — emenda do Senador Antônio Carlos Valadares que trata exatamente de permitir o acesso do Tribunal, nas suas auditorias, aos sigilos bancário e fiscal. E não queremos o acesso ao sigilo puro e simples; não, queremos ter o acesso devidamente motivado, fundamentado, encaminhado à Justiça. Em ela entendendo ser procedente o pedido, assim como faz o Ministério Público, em assim nos concedendo, ficaremos com a responsabilidade da confidencialidade, mas poderemos agilizar as auditorias e fazer com que elas possam representar aquilo que nos é solicitado pelo Congresso.

Porém, nos termos atuais, resultará a auditoria em perda de objeto. Se formos seguir o trâmite atual, quando vier a resposta, de nada mais adianta. Há uma expressão — e o Deputado Aníbal Gomes deve se lembrar, porque é uma expressão lá do Ceará — do ex-Governador e ex-Senador Virgílio Távora sobre assuntos que demoravam muito a se resolver: *“Meu filho, quando isso chegar já morre o burro e quem o tange”*. Pois é, já não adianta mais nada. Essa é a grande verdade.

Então, resolvemos nos reunir. São interesses comuns dos órgãos do Poder Executivo; do Poder Legislativo, por suas duas Casas; do Ministério Público, através da sua Procuradoria-Geral, da Justiça brasileira, pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho Federal de Justiça e o Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de que estejamos aparelhados para ter um controle eficiente e que o Estado brasileiro possa enfrentar as dificuldades que tem no combate à corrupção.

Sr. Presidente, fico feliz em verificar que o que era o sonho de um — repetindo Dom Helder Câmara, como fiz ontem — passou a ser sonho de muitos. E quando é o sonho de muitos passa a ser uma realidade.

Listamos aqui as principais ocorrências. Houve uma reunião no Instituto Serzedello Corrêa com representantes de vários Estados da Federação; aprovamos a Resolução nº 223, de 2009, que disciplina a troca de informações no âmbito da rede de controle; assinamos na sede do TCU esse protocolo de intenções; fizemos reuniões nas SECEX com os secretários, com vistas a verificar a percepção deles com relação à rede de controle e possíveis sugestões, a fim de subsidiar a primeira oficina de trabalhos já realizada. E agora faremos um diálogo público, que vai se



estender a todos os Estados. Vamos nos reunir com os nossos companheiros desses órgãos que comporão a rede de controle em cada Estado, dando capilaridade a essa nossa ação, fazendo com que ela alcance todo o território nacional. Uma próxima oficina de trabalho será realizada na CGU, que é outro grande parceiro nosso, no dia 28 de maio.

Portanto, estamos sequenciando. Saímos das intenções e passamos para o campo efetivo do trabalho, mas esse campo efetivo precisa dessa participação efetiva das 2 Casas, não só porque já assinaram o protocolo de intenções, mas porque tenho certeza de que essa ação legislativa será de vital importância.

As leis orçamentárias são objeto de discussão, assim também o problema dos convênios, sobre o qual temos falado reiteradamente. Nessa discussão, inclusive, a CGU e o Ministério do Planejamento têm um trabalho fabuloso no que diz respeito à implantação do SICONV, que dará uma transparência muito grande.

Haverá a observância daquilo que anualmente trazemos para cá, o FISCOBRAS, trazendo todas as obras, fazendo as indicações e observações; as prestações de contas anuais do Governo que trazemos, obedecidos os prazos constitucionais, com um parecer analítico e outro sintético. Isso se completa no exame, na análise que é procedida pela Comissão Mista de Planos e Orçamentos do Congresso Nacional, com exame e aprovação final pelo Congresso Nacional.

Enfim, tudo isso faz parte de um trabalho feito a várias mãos. Essas mãos do Congresso são as mãos que nos respaldam, que nos dão condições de fazer um trabalho de controle, auxiliando e sendo ferramenta indispensável ao trabalho dos Parlamentares. Quantas vezes já fiz *mea-culpa* por não ter solicitado, àquela época, quando Parlamentar, o apoio do Tribunal de Contas da União para subsidiar os meus trabalhos, os pareceres, os pronunciamentos, a minha ação parlamentar.

Hoje volto a minha Casa de tantos anos para dizer que estamos à disposição. Queremos ser parceiros e manter um diálogo permanente. E disse ao Presidente Silvio Torres, quando conosco esteve, dizendo da sua preocupação e da sua ação à frente desta Comissão, assim como dissemos a vários Parlamentares que nos procuraram, que estamos abertos. Queremos oferecer um trabalho de qualidade. Queremos firmar a nossa posição por um trabalho de excelência, calcado nesse quadro de excelência que possuímos.



Finalizo minha participação, agradecendo a oportunidade e me colocando à disposição dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Ministro Ubiratan. Na verdade, V.Exa. não finalizou, pois ainda terá a oportunidade de responder aos Parlamentares da Comissão.

Concedo a palavra ao Ministro Jorge Hage pelo tempo de 20 minutos, prorrogáveis. V.Exa. vai apresentar o trabalho em uma projeção. Peço à Secretaria que apague a luz.

O SR. MINISTRO JORGE HAGE - Sr. Presidente, Deputado Silvio Torres, que muito me honrou com o convite para participar desta audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Casa a que também retorno com grande alegria cada vez que recebo honrosos convites como este.

Daqui me recordo de inúmeros fatos, principalmente daqueles relacionados ao período da Assembleia Nacional Constituinte, quando, junto com o Deputado Ubiratan Aguiar e tantos outros companheiros, lutamos em diversas frentes, principalmente na batalha pela educação pública em nosso País.

Deputado Silvio Torres, é com muita alegria que venho hoje falar-lhes e debater as questões que envolvem o controle e a fiscalização, a partir do requerimento do nobre Deputado Devanir Ribeiro e com todos os demais Senhores Deputados aqui presentes, focando principalmente minha apresentação na importância da ação articulada entre os diversos órgãos de controle, fiscalização e defesa do Estado.

Se me permitem, farei uso, para maior clareza e objetividade, de uma exposição com alguns eslaides. Inicialmente, darei uma ideia muito rápida sobre as funções da Controladoria-Geral da União, uma vez que se trata de instituição relativamente nova. Na sua concepção atual, ela não tem mais que 6 anos, diferentemente da nossa Corte de Contas, que já conta com a história bem mais sedimentada e cujas funções são do mais amplo conhecimento de todos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Na Controladoria-Geral da União desenvolvemos funções de controle interno do Governo Federal, do Poder Executivo, e somos o órgão central do sistema de



controle interno. Cuidamos também das funções de correição, disciplinar e prevenção e combate à corrupção, através da nossa unidade mais nova, mais recentemente criada, que é a Secretaria de Prevenção da Corrupção.

A nossa função de controle interno, por sua vez, abrange ações de orientação, auditoria e fiscalização. Por que a ênfase em orientação? Porque, na condição de órgão de controle interno, o nosso primeiro dever, diferentemente do caso das funções de controle externo, é o de alertar, advertir, prevenir, evitar que a irregularidade se consuma e, portanto, caia na área de atuação do Tribunal de Contas, para aplicação das sanções administrativas, ou do Ministério Público, para o encaminhamento das sanções na esfera judicial. Ao mesmo tempo, exercemos as funções de auditoria e fiscalização e as funções de correição e prevenção.

Através dessa estrutura que está aí na tela, chamaria a atenção principalmente para a parte de baixo, onde estão os órgãos finalísticos. A Secretaria Federal de Controle Interno, dirigida pelo Dr. Valdir Agapito, que está presente e é o Secretário Federal de Controle, é quem desempenha as funções de orientação, de controle, de auditoria e fiscalização.

A Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas é a área mais nova. Explicarei um pouco mais sobre ela depois. Temos a Corregedoria, com as funções disciplinares, uma Ouvidoria-Geral e 26 unidades regionais, uma em cada capital de cada um dos Estados.

A distribuição do nosso pessoal, cerca de 2.500 servidores, está colocada da seguinte forma: 1.330 atuam aqui no órgão central, em Brasília, e os demais estão distribuídos em todos os Estados brasileiros, sendo numa proporção com o número de instituições federais e também de aporte de recursos federais a Estados e Municípios em cada uma das unidades federadas. Por isso mesmo, o Rio de Janeiro tem a nossa maior unidade, com 111 profissionais; Minas Gerais com 92; São Paulo com 79; e assim por diante.

O controle interno, subdividido naquelas 3 facetas que mencionei, desenvolve ações nos seguintes blocos: orientação preventiva aos gestores, controle e acompanhamento sistemático da execução de todos os programas federais, claro que sempre trabalhando por amostragem, como todo órgão de auditoria, amostragens essas definidas pelos critérios normais de auditoria — relevância,



materialidade, risco etc. —; fiscalização da aplicação de recursos federais pelos Estados e Municípios. Aí atuamos principalmente a partir de 3 linhas. Uma delas é a denúncia, seja de cidadãos, seja de Parlamentares, que têm a prioridade maior nesta Casa, seja do Ministério Público, seja da imprensa. Também atuamos através de sorteios. No caso de Municípios, quando se trata daqueles programas altamente pulverizados e distribuídos pelo País afora em mais de 5.500 municipalidades, aí não há possibilidade alguma de atuar de outro modo que não seja de forma aleatória. Para esse mister instituímos o programa de sorteios públicos, ainda na época do Ministro Waldir Pires, que me antecedeu.

Fazemos investigação e apuração de denúncias principalmente oriundas do Ministério Público e da Polícia Federal. Fazemos, também, as auditorias anuais de avaliação da gestão dos administradores públicos dentro dos moldes determinados pelo Tribunal de Contas nos prazos constitucionais e regulamentares estabelecidos pelo órgão externo de contas.

Na área de correição, a nossa Corregedoria atua tanto na recomendação ou instauração direta de sindicâncias e processos administrativos. Essas sindicâncias e processos administrativos tanto podem ser resultantes dos trabalhos da auditoria, como podem resultar diretamente de uma denúncia, ou de uma requisição do Ministério Público, ou de Parlamentares e outras autoridades.

Fazemos a revisão dos processos administrativos instaurados por todos os órgãos e Ministérios da Administração Federal. Fazemos investigação e apuração de comunicações de operações atípicas feitas pelo COAF, que é o Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda, que faz o acompanhamento dos comunicados da rede bancária, das imobiliárias e de outros segmentos da economia, definido na legislação de lavagem de dinheiro e de combate à corrupção, que, através do Banco Central, são obrigadas a comunicar ao COAF qualquer operação atípica ou suspeita dos seus clientes.

Quando essas operações envolvem algum agente público federal, o COAF nos comunica. Essa foi mais uma articulação instituída nos últimos anos e que tem facilitado enormemente o enfrentamento da corrupção em nosso País.

A Corregedoria faz a coordenação do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, instituído por um decreto de 2005 que criou uma Corregedoria



em cada Ministério vinculada à CGU. Esta Corregedoria faz a supervisão para que efetivamente aconteça a instauração dos processos que são recomendados, processos de sindicância e disciplinar.

A atividade mais nova da Corregedoria é a instauração de procedimentos com vistas à Declaração de Inidoneidade de empresas que cometem ilícitos em suas relações contratuais ou na competição pelas licitações públicas. É um trabalho novo que vem dando excelentes resultados porque afastam da possibilidade de licitar ou de contratar todas as empresas que cometam irregularidades — ou declaramos inidônea ou as suspendemos pelo prazo de até 2 anos. A experiência tem sido muito boa nessa área.

Na área de prevenção, que é a mais nova e mais ampla, menos conhecida e divulgada do nosso trabalho, atuamos em várias linhas, a primeira delas é o incremento da transparência pública.

O Brasil é hoje reconhecido como um dos países que tem mais avançado em matéria de transparência no mundo. A Organização das Nações Unidas tem recomendado em todos os eventos internacionais que se tome como modelo e referência para outros países o Portal da Transparência Pública instituído pelo Governo brasileiro. É algo que nos orgulha muito não somente a nós particularmente, mas a todos os brasileiros, ver que o nosso País deu passos gigantescos nos últimos anos em matéria de abertura, de visibilidade para as suas contas públicas.

O Portal da Transparência já conta com mais de 700 milhões de informações registradas em um volume de recursos correspondentes a mais de 5 trilhões de reais exibidos no seu mais mínimo detalhe, que chega a indicar o beneficiário final de cada compra, de cada fornecimento, de cada beneficiário do bolsa-família, de cada diária recebida e toda e qualquer tipo de despesa.

Obviamente, não se dão detalhes apenas das despesas protegidas legalmente pelo sigilo. Todas as outras estão amplamente abertas.

Além disso, cada Ministério já tem a sua página de transparência pública, e o Ministério da Justiça, que está aqui presente, é o que tem, talvez, a mais completa página de transparência pública de todas as pastas federais.



Outra área de prevenção que priorizamos é o estímulo ao controle social, entendendo que, por mais que nós consigamos aparelhar as instituições de controle, todas — Tribunais de Contas, Controladorias, Comissões de Fiscalização do Parlamento brasileiro, Receita Federal, COAF —, todo esse aparto nunca será suficiente. É preciso que o cidadão seja também um fiscal permanente das contas e das ações públicas. Por isso incentivamos o controle social e procuramos dar às entidades o instrumento básico, que é a informação, através das medidas de transparência.

Orientação e fortalecimento da gestão também são fundamentais no nosso ponto de vista, principalmente no âmbito das pequenas comunidades. Eu comentava há pouco com o nosso Presidente na antessala, antes de vir para cá, o que as nossas equipes de fiscalização constatam quando chegam nos pequenos Municípios, onde o problema muitas vezes não é de corrupção, não é de desvio, não é de fraude; é de desconhecimento, é de falta de condições mínimas. E o Deputado Devanir relatava também a sua experiência em Municípios do interior de São Paulo — e vejam que estamos falando de São Paulo, o Estado mais desenvolvido do País.

As nossas equipes chegam em Municípios e às vezes, nas reuniões, o exemplar da Lei de Licitações é surrupiado dos nossos auditores pelos servidores municipais, porque ninguém na cidade dispõe de um exemplar da Lei nº 8.666. A única pessoa na cidade que tem a Lei nº 8.666 é o contador da Prefeitura, que não mora lá, mora na Capital e vai lá duas vezes no ano — quando vai.

Então, esse é o quadro da realidade que eu não preciso pintar em maior detalhes para os Srs. Parlamentares, que conhecem os rincões de todas as regiões do nosso País.

Por isso a nossa ênfase também na orientação, na capacitação, no fornecimento de material mínimo. Nós montamos um *kit*, que é um acervo mínimo de legislação e de textos básicos de Direito Administrativo bem elementares, manuais de orientação, cartilhas, e distribuímos aos milhares pelo País afora.

É claro que me refiro aos Municípios até 20 mil habitantes, que é onde essa necessidade é mais gritante.

Na área de prevenção também temos a responsabilidade pela implementação das medidas recomendadas pelas Convenções Internacionais contra a corrupção —



a Convenção da ONU, da OEA e da OCDE —, inclusive o aprimoramento do marco legal. Dentro dessa linha, já produzimos — o Presidente encaminhou para o Congresso — alguns projetos de lei, dentre os quais eu destacaria um e formularia aqui mais um apelo aos Srs. Parlamentares para que ele possa ter curso, que é o projeto de lei que regulamenta os conflitos de interesse e a quarentena de forma mais ampla e completa no País.

Esse projeto foi encaminhado em 2006. Chegou a ser aprovado em caráter terminativo nas Comissões, mas foi apresentado um requerimento que obriga que a sua submissão ao Plenário. E aí, obviamente, ficou mais difícil.

O outro é um projeto de lei que insere no Código Penal brasileiro a figura tipificada como crime de enriquecimento ilícito, também importante na luta contra a corrupção.

Estudos e pesquisas sobre corrupção. Observatório da Despesa Pública, que é uma nova área de prevenção que nós instituímos. Trabalhamos em cima dos bancos de dados já acumulados do Governo Federal, como o Sistema Comprasnet e outros, para identificar padrões de conduta, *modus operandi* de fraudes que se repetem, para que elas possam ser uma orientação, um foco da nossa auditoria.

Então, determinados tipos de comportamento ou de ocorrências que muito repetidamente se verificam já servem de orientação para a nossa equipe de auditoria atuar de forma mais seletiva.

Este Observatório da Despesa Pública foi criado no final do ano passado. É ainda uma iniciativa recente, mas altamente promissora, na nossa avaliação, para o enfrentamento dos problemas do controle.

Quanto ao cadastro de empresas inidôneas e suspensas, tomamos a iniciativa de convidar e solicitar a todos os órgãos que aplicam penalidades de suspensão e de inidoneidade a fornecerem seus bancos de dados para serem publicados centralizadamente.

O Tribunal de Contas foi dos primeiros a concordar e nos fornecer a sua base de dados. Vários Estados já o fizeram. E hoje, no *site* da CGU, o CEIS, que é sigla do Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, já contém cerca de 800 empresas suspensas e inidôneas. Significa dizer que qualquer gestor público hoje pode ficar sabendo, consultando apenas um *site*, se aquela empresa que quer



concorrer ou contratar com seu órgão sofreu alguma punição ou alguma restrição por parte de qualquer outro ente ou instituição pública no País.

Anteriormente, não era assim. Uma empresa que tivesse sido punida pelo Governo de São Paulo continuava prestando serviços à União, pois a União desconhecia que o Estado de São Paulo já havia caracterizado aquela empresa como inidônea, e vice-versa.

É da maior importância ter essa informação centralizada nacionalmente.

Educação para ética e cidadania. Desnecessário dizer da importância de atuar desde as etapas de formação da criança e do adolescente. Criamos um programa de concursos de redação, de desenho, de monografias relacionadas à ética e ao combate à corrupção, que já contou na sua primeira edição com a participação de mais de 120 mil crianças, que encaminharam redações e desenhos relativos aos problemas de corrupção e de boa aplicação dos recursos públicos e que concorreram a prêmios distribuídos no Dia Internacional contra a Corrupção, que é 9 de dezembro.

Também criamos um *link* infantil na página da CGU, que tem jogos, testes, brincadeiras, tudo relacionado à questão da ética. E eu fiz um teste em minha casa, com os meus netos, sem dizer-lhes que se tratava de um trabalho nosso, oferecendo-lhes — aliás, sabem eles lidar com o computador mais do que eu — o caminho de acesso ao *site*, e a aprovação foi total.

De modo que o *site* tem tido, realmente, um número de acessos crescente, o que muito nos anima.

Vou afunilar minha apresentação, pois estou sendo avisado pelo nosso Presidente que meu tempo está-se esgotando.

Em matéria de articulação intragovernamental, intercâmbio de informações, dentro do espírito da rede de controle proposta pelo Ministro Ubiratan Aguiar, quero dizer que estamos inteiramente solidários. Fomos, talvez, a primeira instituição que imediatamente se propôs a subscrever a iniciativa do Ministro Ubiratan Aguiar em matéria de integração dos esforços. Porque uma das diretrizes básicas de nossa atuação, desde 2003, é a de privilegiar as parcerias e a cooperação entre os diversos órgãos de defesa do Estado.



Dentro desse espírito, buscamos parcerias, desde o início, com o TCU, com o Ministério Público Federal e dos Estados. Temos convênios com todos eles, são 28 ou 29 convênios celebrados com Ministérios Públicos. A Polícia Federal é nossa parceira constante, assim como COAF, AGU, Receita, Planejamento, Justiça e tantos outros órgãos.

Alguns exemplos dessas ações articuladas. Na parte, digamos, de resultados dos trabalhos da Controladoria, este gráfico mostra os encaminhamentos feitos para o Senado Federal e para a Câmara dos Deputados. Sistematicamente, todos os nossos relatórios são encaminhados às Mesas de ambas as Casas, para os Ministérios Gestores, com vistas à introdução de aperfeiçoamentos gerenciais e de aplicação das sanções, quando é o caso; ao Tribunal de Contas, obrigatoriamente; aos órgãos tributários, quando é o caso; à polícia; ao Ministério Público, para ações penais e civis, perante o Judiciário; à AGU, para as ações civis; e a nossa própria Corregedoria, para aplicação das sanções internas do Poder Executivo.

Nas operações contra a corrupção, eu destacaria as principais operações conjuntas da Controladoria com a Polícia Federal. Os nomes das respectivas operações são conhecidos por todo o País, nomes curiosos e pitorescos, que fazem evocar um trabalho da maior importância cívica para todos os brasileiros. Creio que é orgulho de todos o trabalho da Polícia Federal.

Há articulação com o COAF, como mencionei há pouco. No período de 2003 a 2009, recebemos daquele órgão 131 relatórios de inteligência financeira, assim como 328 documentos eletrônicos, de intercâmbio de informações, envolvendo mais de 2.300 pessoas físicas e jurídicas.

Assinalo, novamente, que o COAF só nos manda informações quando o caso envolve agente público federal.

O crescimento deste volume pode ser observado no gráfico com essas barras, ano a ano. Era muito pequeno o número de informações encaminhadas em 2003; atualmente, o número é bastante significativo.

Com a Receita Federal foi celebrado convênio para permitir, na forma prevista em lei, de forma agora mais ágil, porque é através de um sistema eletrônico, acesso às declarações de bens e rendas dos agentes públicos, previsto na Lei de



Improbidade Administrativa desde 1992, mas que simplesmente ficavam guardadas nos armários do órgãos de recursos humanos de cada instituição — e para nada.

Agora, o acesso se dá por via eletrônica e, portanto, de forma muito mais ágil e viável, possibilitando a instauração de sindicâncias patrimoniais que também se originam daqueles relatórios do COAF, e, eventualmente, de denúncias de cidadãos, de Parlamentares ou da imprensa.

O número das sindicâncias patrimoniais vem crescendo, como se vê. Estas são sindicâncias voltadas especificamente para analisar eventual desproporção entre o crescimento patrimonial do agente público e os seus vencimentos, a sua renda legítima, conhecida.

Essas sindicâncias, muitas vezes, resultam em processo administrativo, quando se mostram realmente procedentes, e outras vezes são arquivadas, quando o agente público justifica aquele crescimento patrimonial com outras rendas, embora não previamente conhecidas, mas igualmente legítimas, a exemplo de sorteios na Loto ou Mega-Sena ou de herança de parente milionário. Sempre é possível que haja uma explicação razoável. Se não houver, o processo é instaurado.

Também é feita a articulação com o Ministério Público Federal, com cooperação permanente nas investigações. Nesses 6 anos a CGU realizou mais de 1.600 ações de controle, solicitadas pelo Ministério Público. Relatórios de fiscalização são sistematicamente enviados. E 1.063 procedimentos foram instaurados pelo Ministério Público, em decorrência do nosso trabalho, revelando a articulação permanente.

Não vou entrar em detalhes quanto a esse quadro seguinte. Ele mostra apenas o volume de capacitações realizadas pela CGU, em atendimento às solicitações de órgãos parceiros. Trata-se de um trabalho que começou em 2007.

Representação processual disciplinar para fins judiciais é uma iniciativa nova, recente. Concluído o processo administrativo disciplinar com aplicação de pena mais grave — demissão, destituição, cassação de aposentadoria —, configurando, em tese, hipótese de improbidade administrativa ou de crime, encaminhamos resumo desse fato, denominado aqui de representação processual disciplinar, para os órgãos com legitimidade para as ações judiciais: Advocacia Geral da União e



Ministério Público Federal. Esperamos aumentar bastante a viabilização de ações judiciais a partir do processo disciplinar, espírito da Lei nº 8.429.

Por sua vez, temos vários trabalhos em parceria com a AGU, mencionados neste *slide* que vou passar rapidamente.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui estão os valores viabilizados para a cobrança pela AGU e pelo Ministério Público. Temos também crescente parceria com órgãos de controle dos Estados. Muitos já instituíram suas controladorias ou auditorias estaduais, alguns já criaram o seu portal de transparência. Temos procurado dar assistência técnica e assessoramento a todos eles.

Mantemos parceria com o Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados, o que também tem dado muitos frutos.

Eis aqui alguns exemplos de iniciativas, em âmbito estadual, envolvendo as representações regionais ou estaduais da CGU, do Tribunal de Contas — as Secretarias de Controle Externo Regionais do TCU têm participado de todas essas iniciativas — e do Ministério Público. Isso já aconteceu no Ceará, em Alagoas, na Paraíba, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e no Rio Grande do Norte.

Finalmente, a principal parceria: Tribunal de Contas da União. Temos feito permanente trabalho de integração das equipes técnicas — Dr. Agapito com o Dr. Luciano, em determinada época, com o Dr. Paulo Vischer, em outra, com outros dirigentes da área técnica do TCU. São parceiros permanentes, trabalham a 4 mãos, sistematicamente, respeitadas as diferenças de responsabilidade de controle interno e externo, fazem trabalhos integrados.

Aqui, apenas alguns exemplos, como o da Operação Sanguessuga, do Projeto Áquila, do TCU, como nos cursos a distância, uma das paixões do Ministro Ubiratan Aguiar, homem da educação, e também cooperação no Projeto Diálogo Público, um dos mais tradicionais do Tribunal de Contas.

Agora, na rede de controle da gestão pública, estamos definindo diretrizes comuns, intercambiando informações, compartilhando conhecimentos. Foram instalados grupos de trabalho com 3 frentes iniciais: um voltado para o aprimoramento dos trabalhos nas TCEs, são as tomadas de contas especiais; outro, para obras públicas; e outro, para a identificação das tipologias de fraudes.



Eu peço desculpas por ter ultrapassado o tempo, Sr. Presidente, mas não gostaria de deixar de prestar a informação que me foi solicitada nesse honroso convite.

Continuo à disposição para eventuais perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Torres) - Agradecemos ao Ministro Jorge Hage a detalhada e interessante exposição. Evidentemente, os Parlamentares terão outras dúvidas que poderão ser esclarecidas por V.Exa.

Passo a palavra ao Sr. Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, representante do Ministério da Justiça. V.Sa. dispõe de 20 minutos.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE JÚNIOR - Sr. Presidente, Deputado Sílvio Torres, Deputado Devanir Ribeiro, que formulou o convite a que honradamente atendemos, demais membros desta Comissão, Ministro Ubiratan Aguiar, Ministro Jorge Hage, meu cordial boa tarde.

Serei breve. Procurarei demonstrar a colaboração prestada pelo Ministério da Justiça em matéria de controle a todas as iniciativas aqui relatadas pelos Ministros Jorge Hage e Ubiratan Aguiar.

Desde 2003, o Ministério da Justiça tem pautado sua gestão em valores como transparência e controle em atividades relacionadas ao combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e, mais recentemente, adotado medidas incisivas no combate a cartéis em licitações.

Cumprimento o Ministro Ubiratan pela feliz figura que utilizou para retratar um contexto anterior que de fato era de um arquipélago. Felicito S.Exa. pelo trabalho de construir pontes para ligar essas ilhas, que são os órgãos estatais relacionados ao controle.

Como já disse, boa parte dessas iniciativas contam com a colaboração do Ministério da Justiça, que no ano de 2003 constituiu o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional e desse ano em diante tem reunido diversos órgãos, como a CGU, o TCU, o COAF, a Secretaria da Receita Federal, naquilo que se denominou Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de



Dinheiro, que, desde 2003, 2004, tem gerado uma série de atuações conjuntas, de cooperação entre os órgãos, e rendido frutos bastante alvissareiros.

Ainda nessa mesma época, o Ministério da Justiça constituiu, talvez, um dos primeiros programas de transparência de que se tem notícia no Executivo, também mencionado aqui pelo Ministro Jorge Hage. Esse programa pioneiro, que acabou se tornando referência para outros Ministérios, no que tange à transparência, começou com o levantamento de dados e hoje dá publicidade a informações referentes a contratos, convênios, diárias e passagens, banco de preços, análise e prévia de processos administrativos de licitação ou de formalização de convênios com valores superiores a 1 milhão e 500 mil reais. Todos passam pela análise desse programa de transparência. E a ele incube também disponibilizar informações atualizadas a respeito da execução do Ministério da Justiça.

Em 2006, o Ministério da Justiça tomou parte da iniciativa de formalização dessa rede de controle, que considero embrião da atual iniciativa do Tribunal de Contas da União. Refiro-me à rede de cooperação técnica para intercâmbio de informações e soluções de tecnologia da informação, a chamada comunidade TIControle.

Permitam ater-me um pouco mais a essa iniciativa, porque a considero de suma importância no contexto da pauta da presente reunião.

Em 2006, diversos órgãos iniciaram mútua cooperação no sentido de disponibilizar, compartilhar informações, soluções tecnológicas e base de dados no que diz respeito às atividades de controle.

Em 2008, essa cooperação foi formalizada com um acordo de cooperação técnica, assinado em março desse mesmo ano, no Supremo Tribunal Federal. Os órgãos participantes do acordo são os seguintes: Advocacia Geral da União, Banco Central do Brasil, Câmara dos Deputados, Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Controladoria Geral da União, Ministério da Justiça, Ministério Público Federal, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Senado Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Superior do Trabalho.



A metodologia de trabalho dessa comunidade é um tanto quanto parecida com a metodologia de trabalho da própria rede de controle que se formalizou recentemente. Ela se dá por meio de constantes reuniões, da realização de eventos de capacitação, de troca de informações e, sobretudo, da disponibilização e do compartilhamento de informações, bases de dados e soluções tecnológicas.

No âmbito da comunidade TIControle, posso destacar um grande alcance, um conjunto de informações e orientações aos gestores públicos no que diz respeito à contratação de serviços da tecnologia da informação. Praticamente todos os órgãos do Executivo contratam serviços de tecnologia da informação através da terceirização. E havia, como sempre há em relação a licitações públicas, grande necessidade de troca de informações, de boas práticas, de termos, vamos dizer assim, referenciais. Não estou me referindo aos termos de referência propriamente ditos, mas de elementos referenciais para a contratação de serviços. Essa comunidade foi muito feliz em realizar um trabalho que hoje serve de orientação para diversos órgãos fazerem novas contratações de serviços da tecnologia da informação.

O próprio Ministério da Justiça concluiu recentemente uma série de contratações seguindo essas orientações, e posso afirmar que o resultado tem sido muito promissor.

Essa comunidade TIControle continua operando. Eu a considero um tremendo subsídio técnico que vai fortalecer e dar suporte às atividades da rede de controle da qual tratamos na presente reunião.

Protocolo de intenções de 2009, a rede de controle. O Ministério da Justiça tem atuado em conjunto com esses órgãos já há alguns anos, especialmente no que diz respeito ao combate à corrupção, a que se referiu o Ministro Jorge Hage, a partir do Departamento de Polícia Federal, ao combate a cartéis em licitações, atividade vem sendo desempenhada a partir da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

Cumpre aqui apontar que boa parte da atuação da Secretaria de Direito Econômico tem a ver com cartéis em licitações para serviços terceirizados, como, por exemplo, tecnologia da informação. Nesse caso, vemos importante interface



entre os avanços experimentados pela Secretaria de Direito Econômico e as atividades daquela comunidade TIControle, à qual eu me referi há pouco.

O Ministério tem colaborado, como eu dizia, em relação ao combate a corrupção, a cartéis em licitações e, com muito interesse, participa desse protocolo de intenções, que reproduz, em grande medida, os órgãos que participam daquela comunidade TIControle.

Da mesma forma, o Ministério está em vias de celebrar um termo de cooperação com o Tribunal Superior Eleitoral, com foco, precisamente, no combate às fraudes e à corrupção relacionadas aos processos eleitorais, aos financiamentos de campanhas.

É importante salientar a importância do fluxo adequado de informações precisas, corretas e atualizadas que permitam a tomada de decisões aos diversos órgãos envolvidos.

Nesse ponto de vista, é importante, mais uma vez, registrar aqui o interesse, o entusiasmo e a satisfação que o Ministério da Justiça tem em participar de todas essas atividades.

É fundamental que num futuro próximo tenhamos outras oportunidade de nos referir às atividades de controle não mais como arquipélago, Ministro Ubiratan, e, sem dúvida, estamos no caminho certo.

Eu encerro esta primeira apresentação. Fui muito breve, mas temo ser repetitivo diante do que já foi exposto pelos Ministros Ubiratan e Jorge Hage, tendo em vista a ativa participação do Ministério da Justiça em colaboração com esses órgãos, desde 2003.

Estou à disposição dos Parlamentares para responder a outras questões e participar do debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sílvio Torres) - Agradecemos ao Sr. Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior, representante do Ministério da Justiça.

Passamos imediatamente a palavra aos Parlamentares que desejam tecer suas considerações.

Com a palavra o Deputado Devanir Ribeiro, autor do requerimento. S.Exa. dispõe de 5 minutos ou mais, se assim o desejar.

**O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO** - Será a síntese da síntese.

Cumprimento o Ministro Ubiratan Aguiar — já estivemos aqui várias vezes em outras audiências; o Ministro Jorge Hage, que eu admiro de longe, não o conhecia, mas conheço os seus feitos; e o Sr. Sylvio Guimarães, representante do Ministério da Justiça.

Quero esclarecer que quando eu fiz esse requerimento foi, de fato, para que a Casa tivesse oportunidade de saber o que acontece entre os órgãos do Governo que têm o dever e o poder de fiscalizar.

Alguns ficaram meio assustados. *“Será que o Devanir vai querer complicar a vida do Tribunal de Contas, da CGU?”* Quem sou eu para me meter com o Ministério da Justiça, o único órgão com o qual não brigo nunca.

Infelizmente, nós, Parlamentares, às vezes conhecemos a lei, mas não a levamos ao pé da letra porque temos muitas atividades. A nossa versatilidade é tão grande que hoje mesmo e amanhã, dia de reunião nas comissões, estamos em 3, 4 delas, e não sabemos direito o que estamos fazendo. Mas considero pequeno o número de presentes, pela importância de tema como este.

Eu nunca tive dúvida alguma em relação à fiscalização, à auditagem do Tribunal de Contas. Eu tenho outras idéias sobre o Tribunal de Contas, o único órgão com o qual nós podemos tratar porque na Justiça é o Executivo, o Ministério da Controladoria também é do Governo, não compete a nós do Legislativo, nós somos outro Poder. E nós temos uma Comissão de Fiscalização. Muitas vezes, quem deveria conhecer não conhece, que é para aplicar a lei, seriam os executores, os prefeitos, os governadores, esses conhecem porque eles têm uma assessoria, mas muitos prefeitos não têm condições.

Porém, eu estava observando, já que estamos falando da transparência, dos balanços de tudo aquilo que se apresenta na Internet hoje... aliás, quando queremos procurar alguma coisa vamos ao *Google*. Outro dia eu fiquei assustado: a minha filha me ligou e disse: *“Pai, a sua vida está todinha no Google.”* Eu tenho pouca coisa, mas estava lá aonde eu moro, a placa do meu carro, o número do telefone, quantos filhos eu tenho, quantos netos, tudo aberto, uma coisa interessante. Por curiosidade fui pesquisar outros Deputados. Será que sou eu a carta marcada? E quase todos estão na mesma situação.



Então, a transparência hoje está aberta na Internet, basta saber manusear o computador. Nós somos da outra geração, não sabemos, mas os nossos netos sabem muito bem manusear essa ferramenta.

Eu fui procurar no Tribunal de Contas, Ministro Ubiratan, e só encontrei relatório a partir de 2007. Eu entrei na Internet, busquei, virei, porque eu queria fazer comparações, as coisas são comparativas. Eu quero buscar lá atrás para ver em que avançamos.

Com todos esses órgãos que criamos — os senhores ajudaram, colaboraram, tiveram a idéia —, no que se avançou? Às vezes, também criamos, e o que de palpável nós temos? Aumentou a fiscalização, diminuiu a corrupção, a malversação caiu? Como é isso?

Eu vejo aqui, muitas vezes, e é no censo público, até porque é ele que aparece mais. Como a Controladoria Geral não tem poder de polícia, todo o seu trabalho vai para a Justiça, que conta com a Polícia Federal, o braço armado que vai fazer as diligências. E aparece assim: foi a Polícia Federal que viu que há corrupção em tal lugar.

Ora, eles são agentes investigadores que vão executar aquilo que já foi examinado, provado e tal, e chegam lá. Então, é preciso saber até como fazer essa publicidade porque, às vezes, um órgão leva a fama, às vezes boa, às vezes ruim, e o órgão que se debruçou com seus funcionários, com seus técnicos, ficou anos trabalhando em cima daquilo parece que não existir.

Sou da capital, até tenho vários colegas meus que são indicados para o tribunal de contas do Município da minha cidade, e lá nós tivemos uma grande discussão, depois eu saí de lá não sei se continuou ou não. Mas eu tenho a maior estima pelos funcionários dos tribunais, quadros qualificados, concursados, têm aptidão para aquilo. E eu acho que não há quem duvide porque o técnico é o técnico.

Não me leve a mal, Ministro, mas às vezes eu fico pensando o seguinte: por que os tribunais de contas do Município, do Estado e da União são quase todos de ex-parlamentares? Por que é vitalício? Não sei, deve ter uma finalidade. Eu defendo a tese de que não deveria ser. Poderia haver mandatos e necessariamente porque foi Deputado, Senador ou Vereador, não é esse o problema. Na CGU é diferente,



porque lá quem nomeia é o Presidente da República, ou quem estiver de plantão, no Ministério da Justiça idem. Mas o nosso órgão auxiliar, digamos assim, é o Tribunal de Contas, cabe a ele essa atribuição.

O técnico pode elaborar o parecer, mas quem o vota depois são os Ministros. Às vezes o técnico também fica bravo, porque ele trabalhou, tem muita vivência, como eu já vi acontecer na minha cidade. Então, vejo que há um descompasso.

Outro aspecto. Já que somos órgãos de controle, estão aqui os Ministros e também representante da Justiça, recentemente, quando tivemos no Governo um grande escândalo, para usar o termo correto, dos cartões corporativos, rapidinho o Tribunal de Contas e a CGU designaram um Relator para analisar os fatos.

Foi citado aqui que os órgãos fiscalizam não apenas a minha vida, como a dos senhores, de todos nós aqui, de qualquer agente público, embora não sejamos funcionários públicos, e, sim, eleitos. Recentemente, houve aqui denúncias de enriquecimento ilícito, ou seja, o rápido aumento do patrimônio da pessoa é incompatível com o salário que ela ganha.

De repente, surgem os escândalos. O mais recente é o famoso castelo de Minas Gerais. Então, o que o Tribunal de Contas e a CGU têm para nos oferecer em relação a isso? É preciso ou não fustigarmos para representar ou não?

O fato mais recente, e ainda estamos no meio do caminho, a questão das viagens dos Deputados, a cota das passagens aéreas. Há um diz-que-diz que ainda há mais coisas, mas é muita conversa de corredor, ninguém nos confirma. Como o Tribunal de Contas poderia nos ajudar?

Mais recente ainda, ao abrir os jornais, vejo no Senado, a Casa ao lado, não sei se ex, o demissionário, ou ainda Diretor de Recursos Humanos fazer denúncias no mínimo — se forem sérias e verdadeiras — muito pesadas.

Quero saber também se todos os órgãos montados, como o senhor nos contou aqui, podem nos orientar, porque, às vezes, ficamos ao sabor das manchetes e dos corredores. Então, precisamos saber o que há de concreto sobre a Câmara, o Senado, o Governo Federal, as autarquias, as empresas públicas. O que nós queremos? Se é para ser transparente, e até louvo aqui a criação... Entre os 85 países, estamos em 8º lugar no comparativo de uma economia de bilhões, trilhões de reais, do pregão eletrônico, o que é interessante.



Já que tocamos na Leiº 8.666, a Lei de Licitações, foi dito pelo Ministro que na cidade as pessoas surrupiam, porque eles não têm, não chegou até lá, como fazer para chegar. Lógico que já se tomou uma posição, talvez cheguemos lá. Mas eu vejo que não pode demorar.

O meu avô já dizia quem rouba um tostão é porque não teve oportunidade de pegar 1 milhão. Trata-se, portanto, de oportunidade. A pessoa pode dizer: *“Mas foi só um cafezinho.”* Com certeza, ela não pode pegar o cafezal inteiro, senão ela o teria levado.

Precisamos ver sob esse aspecto também. Estou aqui na condição de Parlamentar, de homem público, e, antes de tudo, de cidadão. Por isso chamei aqui os senhores, e o Presidente e a nossa Comissão aprovaram meu pedido. Não é demérito, não estou fustigando ninguém, não quero cobrar nada de ninguém. Eu tenho algumas dúvidas. Eu dizia há pouco também até da oportunidade que tivemos de trazer alguns estudantes para fazer um estágio na Casa e no Governo. Dois deles disseram que faziam o curso de Administração Pública, mas que apenas 1,8% trabalha de fato na área em que se formou. A maior parte dos órgãos públicos trabalha com o amigo, com o parceiro, com o companheiro, mas não com as pessoas formadas nas respectivas áreas. Por isso talvez haja tanto trabalho para os tribunais e tantos escândalos. Eu não posso contratar um amigo meu para ser secretário de finanças, tem de ser uma pessoa dessa área. Se for na área de Administração, tem de ser formado. Pode ser até meu amigo, mas tem de ter formação. Infelizmente, não é o que acontece.

Fiquei pasmo de ver que no meu Estado, dos 100 alunos da UNESP e da Getúlio Vargas, 2 universidades de Administração Pública, ninguém trabalha na sua área, estão exercendo qualquer outra atividade.

Quando é perguntado quem é o secretário, sem menosprezo algum a outros profissionais, respondem que é o dentista; outro é o engenheiro, este está mais próximo, outro é sociólogo, agora sociólogo é cientista político, faz outra ciência. Então, ficamos à deriva.

Talvez os senhores tenham percebido que falta de fato nos órgãos a profissionalização das pessoas para a qual ela se formou. Para isso existem as nossas escolas, nossas universidades.



Encerrando, eu gostaria de saber da Controladoria qual o índice de quando iniciou o trabalho, esse sorteio, essas fiscalizações nos Municípios, se houve avanço. Se as pessoas passaram a obedecer mais e quanto conseguimos de resultado — foi muito rápido, não deu para perceber —, se tivemos de fato ganho real. Se não, os senhores investem tanto, queimam os neurônios, martelam para produzir cada vez mais e depois se decepcionam porque ninguém aplica lá na ponta, fica guardadinho na prateleira. Qualquer coisa: *“Está lá na prateleira.” “Mas você está usando?” “Não, mas está lá na prateleira. Eu comprei o livro, não li, mas está lá guardadinho.”*

Então, é isso o que gostaria de saber.

Peço mais uma vez desculpas por ter tomado o tempo dos senhores, que estão muito ocupados, porém acho que é um direito e dever nosso ouvi-los. E faremos isso com muito carinho, com muita vontade de aprender, para dirimir as dúvidas das pessoas quando formos questionados nos Estados e Municípios.

Todo mundo, até que se prove o contrário, é inocente. O pior é que nunca encontramos alguém que diga: *“Eu sou culpado, eu errei.” “Vou ver se me corrijo.” “Não, eu tenho razão, porém alguém veio aqui e achou que eu não estava correto. Não que eu tenha errado, eu não estava correto. Mas é coisa pequena, Deputado.”* Nessas pequenas coisas que, volto a frisar, surgem as oportunidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Deputado Devanir Ribeiro.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago, do PDT, de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Deputado Silvio Torres; prezado Deputado Devanir Ribeiro, autor do requerimento; integrantes da Mesa; Ministro Jorge Hage; Ministro Ubiratan Aguiar; Dr. Sylvio Rômulo, representante do Ministério da Justiça.

Eu brinquei com o Deputado Devanir Ribeiro acerca da publicização da sua vida no Google porque nós fomos militantes contemporâneos de um movimento intersindical que antecedeu a CUT e a própria construção do Partido dos Trabalhadores, que foi a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais



— ANAMPOS. Como foi uma mobilização social da década de 70, talvez não tenham chegado às páginas do Google as nossas peripécias no mundo sindical.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas tem no DOPS.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Certamente, deve ter no DOPS toda a folha corrida.

Gostaria de parabenizar o Deputado Devanir Ribeiro e de agradecer aos expositores a presença.

Comunico que há 60 dias a Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, integrada por inúmeros Deputados desta Casa e que atualmente tem coordenação conjunta com o Deputado Antonio Carlos Biscaia, entregou ao Presidente Michel Temer a relação de 68 projetos de emendas constitucionais a leis ordinárias que direta ou indiretamente incidem no combate à corrupção. Inclusive tomo a iniciativa de fazer um comunicado ao Ministro Ubiratan Aguiar. Há cerca de 2 semanas li um comentário de V.Exa. sobre um projeto que deveria ser apresentado assegurando ao TCU, também como ente da fiscalização pública, o acesso à movimentação fiscal e financeira. Esse projeto de minha autoria já está tramitando, foi discutido em 2005, 2006 e em alguns momentos até com a interlocução de membros do TCU. O Ministro Benjamin Zymler, à época, estabeleceu o diálogo com o nosso gabinete.

Na última semana, em reunião conjunta com a Associação dos Magistrados do Brasil e a Confederação Nacional dos Membros do Ministério Público, decidimos, até 12 de maio, fazer um *ranking* dos projetos que deverão ser apresentados ao Presidente Michel Temer e levados à votação em plenário.

Também discutimos que o Parlamento e as instituições do Estado brasileiro precisam avançar cada vez mais em mudanças estruturais. Não podemos ficar eternamente mudando a partir do tropeço: um escândalo, uma atitude, um novo processo, uma nova iniciativa; um novo mecanismo de intercâmbio entre os órgãos de fiscalização e controle.

Temos afirmado aqui que algumas questões são essenciais. Por exemplo, sigilo bancário com a transferência e a constituição de crédito público. Já é um ponto consensual nos Tribunais Superiores de que a figura do sigilo bancário não pode mais ser utilizada para impedir que a sociedade fiscalize para onde vai o crédito público.



A investigação sob sigilo, quando se trata de suspeita de desvio de patrimônio público e de malversação de recurso público, é uma figura que também deveria ser revista pelas instâncias dos Tribunais Superiores.

O foro privilegiado, da mesma forma.

A distorção do instituto da imunidade parlamentar. O Ministro Ubiratan Aguiar foi Parlamentar, integrou esta Casa, e todos nós sabemos que nas democracias consolidadas a imunidade parlamentar é essencial. Mas o que acontece é que em nosso País o instrumento da imunidade parlamentar tem sido transformado em um colete jurídico. Os cidadãos, nas esferas pública ou privada, por várias razões investigadas pelo Ministério Público, levadas sob a forma de ações civis públicas, são denunciados por crimes que teriam sido cometidos antes da diplomação. E a partir do momento em que esses cidadãos são diplomados na Câmara e no Senado, os seus processos automaticamente saem da Primeira Instância e passam a ser julgados apenas nos Tribunais Superiores.

Isso é uma distorção. O mandato parlamentar não tem relação alguma com atos cometidos antes do exercício e da diplomação. E é preciso que esta Casa, ao analisar os projetos que serão levados ao Presidente Michel Temer, dê um exemplo para a sociedade.

Segundo os números publicados, existem hoje de 100 a 120 Parlamentares que teriam cometido crimes contra a Previdência, contra a administração tributária, contra a administração pública, mas porque se transformaram em Deputados e Senadores os processos saem da Primeira Instância e são levados aos Tribunais Superiores, ao Supremo Tribunal Federal.

Esse é um aspecto que também precisa ser enfocado. Cabe a nós, que fazemos a lei, termos a coragem de não nos dobrarmos ao corporativismo, à pressão dos partidos políticos, e termos a coragem, estruturalmente, de contribuir com esse arcabouço de novas normas jurídicas, de nova tessitura jurídica.

Nós, que participamos, por coincidência com o Deputado Biscaia, da CPI das Ambulâncias, vimos que o Estado brasileiro é uma peneira. Se formos observar, há possibilidade de furos e de pequenos buracos em todas as esferas, até porque somos um País continental, com mais de 5.500 municípios. A massa de convênios — está aí o esforço da CGU, o Ministro Hage tem colaborado muito com a Frente



Parlamentar, é um interlocutor com frequência — assinada neste País é estratosférica. E a dificuldade de o Estado acompanhar e fazer com que a sociedade possa também acompanhar a execução ética, eficaz e efetiva desses convênios é enorme. O maior exemplo disso é o item que representa o maior volume de despesas federais na área social, que são as despesas em saúde. Setenta e dois por cento das despesas do orçamento federal da saúde descem para os Estados e Municípios. E ainda hoje não temos consolidada uma carreira de auditoria do SUS. E no que diz respeito à fiscalização do próprio SUS há obstáculos que precisariam ser revistos e enfrentados. Por exemplo, há arestas para que os auditores do TCU possam investigar as contas dos Fundos de Saúde dos Estados, dos Fundos Municipais de Saúde. Nós sabemos disso.

Recebemos aqui os atuais integrantes da carreira de auditoria do SUS e eles nos deram farta documentação. Disseram inclusive que o que nós investigávamos na CPI das Ambulâncias mereceria ser investigado, mas era um punhado de areia na beira da praia na maré seca. Ou seja, muito pior são os indícios de que os auditores do SUS continuam encontrando em convênios realizados com hospitais estaduais, com Secretarias de Estado da Saúde, com Secretarias Municipais de Saúde, o que implica em processo de fortalecimento.

Para concluir, digo que concordo com o Deputado Devanir Ribeiro. Eu tive a oportunidade de ser Deputado Estadual por 2 mandatos. Nunca votei indicação de colegas meus na Assembleia Legislativa para serem Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados. E de maneira indistinta. Eu já tive a oportunidade de votar em Parlamentares que eram de partido de esquerda, em Parlamentares de partidos de centro, em Parlamentares de partido considerado de direita, e dizia a cada um eles que não havia nenhum obstáculo de ordem pessoal, mas era uma questão de princípio. Ou nós trabalhamos para atingir a autonomia máxima e a independência máxima dos órgãos de fiscalização e controle, ou nós sempre ficaremos à mercê do processo que foi constituído para se levar a indicação das pessoas para ocuparem essas funções de elevada responsabilidade.

Eu diria mais: em dezembro, estivemos em São Paulo, na 6ª Vara Criminal Federal, em audiência com o Juiz Fausto De Sanctis. Fui acompanhado pelos Deputados Biscaia e Ivan Valente. E fiquei impressionado, Srs. Ministros, Dr. Sylvio,



Deputado Silvio Torres, com as declarações do Juiz Fausto De Sanctis quanto ao processo que hoje orienta a composição dos nossos Tribunais Superiores.

Dizia-nos o Dr. Fausto De Sanctis que ou se faz uma reversão profunda das ingerências políticas, das pressões, das listas que correm na Câmara e no Senado para dar respaldo político para que aqueles nomes possam integrar as famosas listas tríplices ou sêxtuplas nos Estados, nos Tribunais de Justiça, que vão à nomeação do Presidente da República e dos Governadores, ou então vamos enfrentar uma brutal desmotivação dos juízes, sobretudo juízes federais, particularmente os que enfrentam, nas suas varas de competência, o crime organizado na esfera financeira, a lavagem de dinheiro, o crime contra o patrimônio público.

Quem vai escolher é a sociedade. Ela vai dizer se quer instituições absolutamente autônomas e independentes. Nós já recebemos aqui testemunhos de membros do Ministério Público que tiveram os orçamentos estaduais dos Ministérios Públicos congelados, porque se dizia, em alguns Governos de Estado e nas Assembleias, que as pessoas queriam ver o cão, mas não queriam ver um promotor de Justiça perto dos Prefeitos.

Então, nós, que fazemos a lei, que muitas vezes passamos pelas Assembleias e pelas Câmaras, não podemos aceitar isso.

O Ministério Público teve um relatório patrocinado pelo Ministério da Justiça. Há Estados neste País onde menos de 40% dos municípios são sedes de comarcas. Há promotores que acumulam promotorias cíveis, que fazem o júri, promotorias outras, e não têm pernas para acompanhar. A sociedade, sem a presença do Judiciário, sem a presença do Ministério Público, sem as inspetorias regionais dos Tribunais de Contas, não vai ter condições de vencer a batalha contra a corrupção, que é a batalha pelo Estado público.

Concluo lembrando a parceria da CGU com a Universidade Federal de Pernambuco para diagnosticar as 532 auditorias selecionadas no Nordeste — minha região, sou de Pernambuco. Para a nossa tristeza, os pontos onde mais se identificavam os casos de malversação, desvio, atos de corrupção, e, até no extremo, formação de quadrilha, são nos recursos federais repassados para a educação e saúde. É lastimável.



Queremos louvar a iniciativa do Deputado Devanir Ribeiro, mais uma vez parabenizar a Controladoria por sua atuação e agradecer ao Tribunal de Contas da União por estar sempre presente.

Precisamos investir mais. Se eu perguntar hoje ao Ministro Ubiratan Aguiar qual é a necessidade de concurso público para reforçar o quadro de auditores das Secretarias de Controle Externo do TCU juntos aos Estados, talvez nós devêssemos dobrar o orçamento. Não vou nem perguntar ao Ministro Jorge Hage, porque a Controladoria tem conseguido, a duras penas, construir o seu quadro de auditores; tem sido prestigiado pelo Governo do Presidente Lula. Mas, se eu perguntar, para que o Ministro abra um sorriso mais largo ainda, qual é a necessidade do quadro de auditores hoje para acompanhar 5.562 municípios, 10, 20, 30, 40 convênios com cada um desses municípios, nós teríamos de quadruplicar a estrutura do Estado, porque, lamentavelmente, de tantas heranças boas, culturais da formação do povo brasileiro, uma das piores é o patrimonialismo, é a apropriação privada do que é público, é o desvio do bem público para formar patrimônio de forma ilícita.

Então, nós queremos aqui reforçar essas iniciativas, inclusive do ponto de vista do debate do orçamento desses órgãos de fiscalização e controle, e fazer com que a Câmara saia do varejo e passe a enfrentar o debate do combate à corrupção de forma estrutural para não ficarmos sendo pegos de calça curta, porque um gastou uma passagem, comprou um cafezinho, comprou ar condicionado, trocou o computador. Quer dizer, se alguém está indo além do limite ético, embora a lei não proíba, que se chame à responsabilidade os partidos, as lideranças, e sejam tomadas as decisões necessárias. Agora, o que não pode é o Parlamento brasileiro ficar refém, de calça curta, usando uma linguagem muito popular, por pequenos detalhes.

Eu já tive oportunidade de perguntar a um jornalista: você sabe quanto custa para o Tesouro Nacional Senado, Câmara, gabinetes, auditores do Tribunal de Contas, Tribunal de Contas e o quadro de carreira da Câmara? Menos de 3% do Tesouro Nacional. Muito mais se leva do Tesouro Nacional com a dívida pública, com a emissão desenfreada de títulos públicos, com obras que são investigadas há 4, 5, 8, 10 anos — o TCU tem lá auditorias de 10 anos em grandes obras, em



grandes empresas — e nós ficamos levando pancada porque não tivemos, até hoje, a competência de dar o enfrentamento estrutural.

Eu espero que o Presidente Michel Temer assuma, com a nova Mesa Diretora, essa responsabilidade. São 69 projetos. Não é por falta de projeto. Que nós apresentemos 10 para a pauta de votação e sejamos capazes de enfrentar qualquer tipo de privilégio, dos pequenos aos grandes partidos, dos Parlamentares de mais tempo de mandato aos mais novos. A Casa não pode compactuar com corporativismo nem com pressões partidárias de espécie alguma. Ou se impõe ou isso aqui vai se fragmentar, e sabemos muito bem o que é que dá um Parlamento frágil para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

Vou dar a palavra ao Deputado Moreira Mendes, que estava presente antes do Deputado Edinho Bez, ou ao Deputado Edinho Bez. Qualquer um dos dois inscritos.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, ilustres convidados para esta audiência pública, a minha participação é muito mais para agradecer a vinda dos nossos convidados, especialmente ao Ministro Ubiratan Aguiar, com quem eu tenho uma relação já de muitos anos e que sempre me recebeu com muita cortesia lá no Tribunal, e hoje estou tendo a honra de conhecer pessoalmente aqui o Ministro Jorge Hage.

Prestei muita atenção no que disse o nosso companheiro Deputado Paulo Rubem Santiago — quase meu xará, porque eu sou Rubens. Realmente nós vivemos aqui uma crise no Congresso Nacional — as duas Casas; não podemos tirar nem uma, nem outra — porque ainda não conseguimos encontrar o nosso caminho.

Tudo isso, esse descrédito do Congresso Nacional junto à população, à opinião pública, reflete um pouco o descrédito que tem também sobre as outras instituições. Só que a nossa é a mais aberta, a mais transparente, de mais fácil acesso. Todas as pessoas sabem de tudo o que acontece aqui. E nós, verdadeiramente, precisamos encontrar caminhos para acabar com isso.



Eu estou dizendo acabar não com essa sanha desenfreada em cima do Congresso Nacional, mas esse conjunto todo de ações dos diversos Poderes que levam a população a ter esse pensamento negativo das suas instituições.

O descrédito vem, sobretudo, em razão... O Deputado falava no privilégio — falta-me aqui a palavra — do que devia ser interpretado como impunidade, não como imunidade parlamentar. Na verdade, é uma impunidade parlamentar, e isso a população sabe que existe, mas os tribunais não tomam providência.

Estou me referindo sempre no plural. Não estou dizendo que é o Tribunal de Contas, ou o Tribunal de Justiça do meu Estado. É o conjunto todo que leva a isso.

São centenas de processos que estão aí nas mãos do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, com relação a processos instaurados contra Parlamentares que não andam, o Supremo não toma uma providência. E há sempre uma, eu diria, manipulação disso tudo e vai-se postergando, vai-se postergando.

Eu conheço Parlamentares que vêm, disputam, gastam um dinheiro enorme para conseguir o mandato apenas para se proteger; apenas para fazer do mandato um instrumento de negócio e não para servir ao público, para servir ao povo, para cumprir com o nosso papel de votar leis e de fazer as coisas que devem ser feitas e fiscalizar.

Então, quando vejo iniciativas como essa, ainda que modestamente, sob a Presidência de V.Exa., de tentar encontrar caminhos para fazer com que tudo isso fique mais claro, fazer com que as instituições responsáveis pela fiscalização consigam melhorar cada vez mais e nós aqui possamos fazer a nossa parte, fico realmente enaltecido, agradecido pela presença dos ilustres Ministros e do representante do Ministério do Planejamento.

Queria apenas fazer este registro, Sr. Presidente, ainda que breve, mas muito especialmente para agradecer aos Ministros, que deixaram as suas atividades para vir aqui atender a esse nosso convite, pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Deputado Moreira Mendes a participação.

Passamos a palavra agora ao Deputado Edinho Bez, do PMDB de Santa Catarina.



O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, quero agradecer à Comissão por esta grande oportunidade, principalmente com a presença dos nossos convidados. Começo com o nosso grande amigo, colega, Ministro Ubiratan Aguiar, com quem tive o privilégio de conviver aqui na qualidade de Deputado Federal. Trata-se de uma pessoa competente, educada, culta e que muito orgulhou a Câmara dos Deputados, obviamente junto com outros bons Parlamentares que esta Casa sempre teve. Da mesma forma o Ministro Jorge Hage, com quem não tive o mesmo privilégio de conviver um bom tempo, mas não tenho a menor dúvida, pelos contatos e as oportunidades que temos tido, de que S.Exa. merece a função que ocupa no Tribunal de Contas da União.

Eu já fui mais crítico ao Tribunal de Contas da União. Eu não conseguia entender, Ministro Ubiratan Aguiar, nosso grande Presidente, com quem eu tive a oportunidade de desabafar algumas vezes, por que uma denúncia — para mim era uma simples denúncia, mas nem todos têm que interpretar dessa forma... Alguém denuncia e para-se uma obra.

Eu era muito inconformado com isso. Uma vez tive até um pega lá no Tribunal de Contas, e tive de pedir desculpas pelo meu exagero em algumas oportunidades. Hoje estou refletindo mais sobre isso, mas ainda continuo, Presidente, inconformado quando alguém denuncia, e comprovadamente existem pessoas que agem de má-fé, sejam ou não políticos, por "n" razões. No meu entender, deveria ser dada prioridade à fiscalização da denúncia, sem parar a obra.

Fui Secretário de Infraestrutura e posso afirmar que o País teve muitos prejuízos que ficarão na história. Os tribunais federais e estaduais receberam denúncias, e, depois de provado e comprovado que elas não tinham fundamento, o início das obras foi autorizado, mas isso causou prejuízo ao Erário público.

Há o exemplo de uma terraplanagem que foi destruída pelas chuvas. Se as obras ali não tivessem sido paralisadas, a empresa teria cumprido seu cronograma com as cláusulas contratuais, sem prejuízo.

Não me conformo quando alguém faz uma denúncia e o Tribunal suspende determinada obra. Ele deveria antes analisar a origem da denúncia — não estou determinando nada, é uma sugestão que faço, que tem também um pouco de experiência da minha vida —, dar continuidade à obra e apurar os fatos. Se o



Tribunal priorizar a denúncia, e estou repetindo de propósito, tenho impressão de que o resultado final, com todas as denúncias, será positivo para o País.

Essa é a minha interpretação.

Aproveito também para cumprimentar a instituição Presidente pelos seus 116 anos, como citado pelo Presidente. Estamos aqui falando de alguns pontos de acordo com a visão e experiência de cada um, mas é inegável a prestação de serviço do Tribunal de Contas da União, que inibiu muitas irregularidades e acabou favorecendo o País. Para isso existe o Tribunal de Contas da União.

O crime organizado, também citado pelo nosso Presidente, é mais organizado do que o Estado, mas sabemos que isso é lá no Município, no Estado e na União. O Poder Judiciário sabe, o Congresso sabe, o Executivo sabe, e não se consegue tomar providências com o intuito de se dar adequada estrutura.

Outra coisa que nos assusta também — fugindo um pouco do assunto, apenas para ampliar o debate — é a corrupção nas Secretarias de Segurança Pública, nos DETRANS. Conversamos aqui com vários colegas outro dia sobre as informações que obtivemos, a de que existe corrupção nos DETRANS do Brasil inteiro. Se alguém quiser tirar carteira de motorista, a carteira de habilitação, pode conseguir-la antecipadamente em 2, 3 dias se pagar propina — em espanhol não é feio dizer “propina”. Comenta-se isso nos quatro cantos do País e não se toma providências! O Brasil todo perde com isso, é um faz-de-conta. Confesso que estou muito preocupado com essa situação.

Da mesma forma, precisamos de mais eficiência no controle de fraudes. Tenho dito para amigo juizes, desembargadores, como tenho no Tribunal de Contas, Ministros, que sempre pautei minha vida usando o bom senso, e sentimos que o nosso Poder Judiciário se apega muito a detalhes, a documentos, vários destes fraudulentos, porque são testemunhas falsas em processos — e nós sabemos disso, eu tenho culpado muito também os advogados — e estamos sendo enganados.

Um juiz me disse que ele se baseia no documento. Então, consegue-se um documento falso e o juiz toma sua decisão baseada nele. Se o advogado mentir na frente da Corte... Outro erro, meus colegas, que descobri há pouco tempo. Em Santa Catarina, um advogado mentiu na frente do juiz, foi constatado na hora e, no entanto, ele não foi preso. A outra pessoa, um empresário, perguntou: V.Exa. não



vai prender o advogado? O juiz respondeu: aqui quem decide sou eu; posso prender o empresário. Quer dizer, há uma inversão.

Levei o assunto ao meu amigo que é juiz federal para trocar ideias, e ele me disse que, nos Estados Unidos, se um advogado mentir na Corte, é algemado e preso na hora. No Brasil não se pode prender advogado; é comunicado à OAB. É comunicado à OAB, meu colega, é o corporativismo.

Então, estou levantando uma série de assuntos importantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado Edinho Bez, quero lembrá-lo que a Ordem do Dia está para ser iniciada.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Vou encerrar.

Ademais, há a famosa burocracia no Brasil.

Tinha muito o que falar, mas deixo como sugestão o seguinte: por que não propormos um evento, ou uma reunião, tipo uma mesa redonda, com o TCU, o TCE, os representantes do Município, do Estado, o Executivo da União, a OAB, o Poder Judiciário e levantarmos essas questões juntos, frente a frente, com responsabilidade? Porque, do jeito que a coisa vai, haverá corrupção generalizada. Pior: isso virou cultura. Quando se chega no hotel e vai-se pagar a conta, ingenuamente o gerente pergunta: qual o valor da nota o senhor quer?

Então, eu sugiro, caro Presidente, defendermos uma reunião com a representatividade da sociedade para levantarmos essas questões e mudarmos a nossa legislação, se necessário for. Porque esta Casa nós conhecemos: quando há entendimento, há agilidade na votação; a matéria é votada com rapidez.

Peço desculpas por ter extrapolado meu tempo, mas é que estou empolgado com a presença de ex-colegas aqui, em especial a do Ministro Ubiratan Aguiar, que fez história neste Parlamento, inclusive como Primeiro Secretário da nossa Casa. Esta é uma oportunidade ímpar para nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço ao Deputado Edinho Bez.

Passo a palavra ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira, último orador inscrito.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Sr. Presidente Silvio Torres, saúdo com muita alegria nossos convidados, especialmente o Ministro Ubiratan Aguiar, nosso antigo companheiro, que deixou esta Casa para engrandecer



o Tribunal de Contas, da mesma forma que engrandeceu este Parlamento. Saúdo também o Ministro Jorge Hage, antigo tribuno desta Casa, e o Ministro Sylvio Rômulo, do Ministério da Justiça.

Quero dizer da minha satisfação de ver um ex-Parlamentar, como o nosso Ubiratan Aguiar, à frente do Tribunal de Contas da União.

Já frequento a área pública há mais de 40 anos, Deputado Devanir Ribeiro, e durante muitos anos vi nomeações para o Tribunal de Contas partidas exclusivamente da Presidência da República. A partir de certo momento, coube à Câmara e ao Senador interferirem, de certa maneira, pelo menos em uma ou outra indicação. Creio que esse exercício tem sido positivo. Tenho visto nomes muito respeitados e expressivos, que eram do Parlamento brasileiro, como Ministros daquela instituição. A meu ver, não há nenhuma forma de comparação; o Tribunal não ficou menos bem servido do que no passado.

Da mesma forma, acho que as ponderações aqui feitas foram muito oportunas. Os Deputados Paulo Rubem Santiago e Devanir Ribeiro expuseram bem algumas preocupações desta Casa, e eu endosso todas elas. Acho que temos, realmente, de nos preocupar com todo o cenário que está sendo desenhado, com o qual temos recentemente convivido. Mas uma outra coisa me preocupa muito, Ministro Ubiratan, Ministro Jorge Hage.

Temos visto o Brasil em uma crise sem precedentes — a economia caindo, o desemprego aumentando —, e a área pública poderia ser uma alternativa para se gerar empregos, a exemplo do que tem feito a China, e não injetando recurso dentro dos sistemas financeiro e bancário. Víamos aqui, neste País, uma oportunidade nesses projetos relevantes, como o PAC; uma alternativa real para que o Governo movimentasse os municípios, gerasse empregos e ativasse os serviços de engenharia, de infraestrutura básica. Mas aí vemos obra parada por problema de uma denúncia “x” ou “y”; vemos a Operação João de Barro — mal as licitações tinham sido iniciadas e a Operação João de Barro já estava ali no município. Vemos muitos projetos paralisados em sentido amorfo por procedimentos dessa natureza, sem uma reação à altura dos órgãos de controle, do Poder Legislativo ou do próprio Executivo.



Esta semana eu viajava e vi um dos projetos que talvez tenha sido executado com mais velocidade, que é a duplicação da BR 040, que vai de Brasília ao Rio de Janeiro, num trecho entre o trevo de Curvelo e Sete Lagoas. Eu passava por essa rodovia e vi a velocidade da obra, porém com ilhas: um bom trecho já concluído, mas parava-se ali porque tinha problema de meio ambiente, de desapropriação — são de 10 a 12 pontos em 30 quilômetros.

O que acontece? Está faltando, segundo a Polícia Rodoviária Federal me informou, que o Governo, o DNIT, ou os órgãos do Governo, e aí vem a figura citada aqui do Ministro Toffoli, da Advocacia-Geral da União, os procuradores, se desloquem numa equipe para resolver o problema. Caso contrário, uma obra que seria entregue no período da seca, que se inicia, só será entregue no meio do ano que vem. Isso num raio de 45, 50 quilômetros. É um absurdo.

Apresento este problema perante o Presidente do Tribunal de Contas, perante o nosso Ministro Jorge Hage, porque talvez seja um serviço relevante convencer o DNIT. Eu já tentei me comunicar com eles, e me disseram que eles não têm procuradores; dependem do Ministro Toffoli, dependem da Advocacia-Geral da União. Enfim, essa é uma situação difícil. Assim como eu estou me referindo a esse pequeno trecho rodoviário, acredito que a maioria das rodovias que estão em andamento estejam em situação similar ou pior.

Aqui fica o meu registro sobre esse assunto porque, realmente, me preocupa.

Ao mesmo tempo, nós, na Comissão de Fiscalização, Sr. Ministro, estamos acompanhando o PAC. Nós vimos, num relatório recente, que apenas 2% dos recursos disponibilizados foram aplicados, o que também é um negócio bastante preocupante. Temos necessidade de gerar empregos e dar velocidade às obras de infraestrutura, mas apenas 2% foram aplicados. Por quê? Porque temos obstáculos administrativos, de procuradoria, principalmente de meio ambiente, segurando quase tudo.

Então, eu vejo aí a necessidade de um trabalho amplo e irrestrito de todas as partes para que cheguemos a um bom termo em favor do nosso povo.

No mais, agradeço aos nossos palestrantes e os parabenizo pelo alto nível desta reunião de hoje que, tenho certeza, será muito útil para todos nós.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Deputado Márcio Reinaldo.

Sou o último inscrito e anotei também aqui alguns dados sobre os quais gostaria de obter esclarecimentos, mas começo dizendo, caros Ministros, representante do Ministério da Justiça, que a nossa Comissão, a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, que é uma das 20 Comissões Permanentes desta Casa, está consciente da responsabilidade que tem no sentido de cumprir seus objetivos, que não são diferentes daqueles aqui expostos pelos nossos convidados; só que trilhamos, infelizmente, um caminho em que não temos as mesmas facilidades, a mesma estrutura e, muitas vezes, nem a mesma competência operacional, digamos assim, para poder prestar um trabalho melhor para a sociedade.

Temos buscado dar uma dinâmica mais ágil aos trabalhos desta Comissão. Temos realizado audiências públicas — no mínimo duas por semana; temos estreitado os nossos laços de parceria com o Tribunal de Contas da União, e saudamos a vinda de V.Exa. aqui, Ministro Jorge Hage, porque queremos fazer o mesmo com a CGU, pois conhecemos o importantíssimo trabalho que aquela instituição desenvolve.

Já disse o Deputado Márcio Reinaldo que tivemos algumas iniciativas, como essa do acompanhamento da execução orçamentária e financeira do PAC, que é, sem dúvida nenhuma, o maior programa de investimentos deste Governo. Estamos também em conversações já bem adiantadas com a Ouvidoria para podermos estabelecer uma relação mais direta com a sociedade.

A Ouvidoria tem essa facilidade de arrecadar as denúncias da sociedade, mas também a nossa Comissão pode fazê-lo diretamente, e ela o faz. Qualquer cidadão neste País pode apresentar denúncia à Comissão. Imediatamente ela é transformada em representação e encaminhada ao Tribunal de Contas da União, que vai em busca das informações e depois nos retorna.

Acho importante que haja iniciativas como a da Frente Parlamentar Contra a Corrupção, instalada aqui com a presença de Parlamentares de bastante qualidade, mas quero dizer ao Deputado Paulo Rubem o que eu já disse a vários Deputados dessa Frente, ou seja, que nós temos uma Comissão que tem exatamente a mesma



finalidade — combater a corrupção, impedir os desvios — e ficaríamos muito mais fortalecidos e, certamente, teríamos mais êxito nos nossos objetivos se essa Frente passasse a frequentar a nossa Comissão, se seus membros estivessem aqui, trazendo contribuições como essas que já apresentaram.

Rapidamente, também vou formular algumas questões, meus caros Ministros, a respeito do objetivo da nossa reunião hoje, que é a compreensão do alcance dessa rede — que, aliás, é uma rede muito extensa; não houve até tempo de dizer quantos órgãos dela participam, mas são órgãos importantíssimos de todos os setores: representantes dos Tribunais de Contas, órgãos do Governo Federal, dos Governos estaduais e a própria Câmara Federal.

Começo perguntando de que maneira a Câmara participa, se ela é apenas signatária, e quem representa e age pela Câmara nessa agenda que já foi iniciada? Infelizmente, mesmo nós, da Comissão, não temos nenhuma informação sobre isso.

Quero também fazer referência às inúmeras ONGs que exercem atividades de fiscalização por esse Brasil inteiro. São iniciativas da sociedade civil, pessoas que se juntam e resolvem tomar alguma providência contra, muitas vezes, os desmandos, roubalheiras. Eu quero saber como essa rede poderia integrar essas ONGs. Elas têm boas intenções mas, às vezes, não são qualificadas para isso. Pergunto se o Tribunal de Contas da União e a própria CGU poderiam municiar isso. Elas estão catalogadas, não deve ser difícil obter um cadastro delas. Muitas já vêm prestando excelentes serviços nas denúncias; são responsáveis, inclusive, por cassações de prefeitos e outras pessoas que têm cargos públicos.

Também instalamos na Comissão uma subcomissão permanente para acompanhamento, fiscalização e controle dos recursos públicos federais destinados à Copa de 2014. Ela já está instalada e aguarda apenas que seja escolhidas as sedes e subsedes pela FIFA para atuar diretamente com relação a esse volume fantástico de recursos públicos que serão destinados à realização da Copa.

Trata-se de um evento de extrema importância para o País, sem dúvida nenhuma, e nos trará grandes benefícios, mas não queremos ver acontecer com a Copa de 2014 o que, infelizmente, ocorreu com os Jogos Pan-Americanos, quando um orçamento inicial de 400 milhões de reais terminou em 5 bilhões de reais — dos quais o Governo Federal sozinho destinou mais de 3 bilhões de reais.



Ainda aguardamos pelo resultado final do trabalho que o TCU fez com relação à fiscalização desses recursos, ao emprego desse dinheiro. Conforme o relatório preliminar, digamos assim — não é bem preliminar, mas ainda não concluído —, já se constataram inúmeros escândalos, tais como superfaturamento e irregularidades.

Queremos trabalhar em conjunto com o TCU, a CGU e o Ministério da Justiça para que, na Copa do Mundo de 2014, não se repita os mesmos erros no Brasil. Por conta disso, poderemos nos deparar com uma dificuldade.

Há sempre a alegação prévia de entidades envolvidas no esporte brasileiro, mais especialmente no futebol, de que se tratam de entidades privadas e, por isso, não podem ser fiscalizadas. O futebol no Brasil é movimentado pelos torcedores e por recursos que, desde o início, são bancados. São os recursos públicos que fazem as crianças se interessarem pelo esporte nas escolas; que fazem com que os jovens multipliquem-se nas escolinhas de futebol, bancadas, muitas vezes, com dinheiro público. Finalmente, dá-se a uma entidade como a Confederação Brasileira de Futebol — CBF — o monopólio de administração da Seleção Brasileira de Futebol.

Pois bem, a Seleção Brasileira de Futebol é monopólio da CBF, que administra os recursos que arrecada com a Seleção e trata diretamente dos patrocínios. Enfim, milhões e milhões de reais, que chegam a ser quase bilhões ao longo do tempo, passam pelos cofres da CBF, e o gerador de todo esse dinheiro é a Seleção Brasileira de Futebol. Como podemos interpretar isso? É uma entidade privada que não quer prestar contas à sociedade — aliás, não presta contas à Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional. Ela se nega e prestar contas e tem esse monopólio.

Até hoje eu não consigo entender esta questão: como os órgãos públicos de fiscalização e controle, no caso, o TCU, a CGU e a Câmara dos Deputados, não têm condições de investigar uma entidade que manipula todo esse dinheiro, que considero patrimônio dos brasileiros?

Adicionalmente, quero fazer mais algumas perguntas, também rapidamente.

Por exemplo, nessa relação de entidades elencadas na rede de corrupção, existe um código de procedimentos para nortear as ações dos diversos órgãos ou cada um segue o próprio código?



Há outra questão que deixo no ar: além das medidas indispensáveis ao controle dos desvios, da corrupção e do desperdício, existe um outro fator na sociedade brasileira, lembrado inclusive por um ou mais Deputados. Refiro-me à burocracia, que é diretamente responsável por estimular a corrupção, o desperdício e por impedir, como foi lembrado aqui, que obras públicas importantes, que visam trazer benefícios à população, sejam mais rapidamente disponibilizadas. Não há como essa rede também minimizar os efeitos da burocracia nessa direção? Não seria possível fazê-la integrar isso?

Finalmente, quero saber do Ministro Jorge Hage quais são as limitações da CGU. O que impede a CGU de ser mais ativa e atuante? Ou seja, ela está no limite? Teria condições de ter uma ação mais abrangente?

Vimos outro dia um dado sobre um dos maiores programas sociais implantados no Brasil, o Bolsa Família, para o qual são destinados 13 bilhões de reais por ano — acho que é isso; o Deputado Márcio Reinaldo Moreira é quem conhece bem o Orçamento, mas creio que no Bolsa Família são 13 bilhões de reais. Um trabalho realizado, se não me engano pela CGU, indicou que 10% dos beneficiários estariam em situação irregular. Dez por cento de um valor desses não é um número muito elevado, Ministro? Não é inaceitável? Como é possível atuar com relação a isso? Queria que V.Exa. pudesse nos responder isso.

Também há outra pergunta, finalmente: a CGU aprecia currículos de pessoas indicadas para cargos no Governo, ou isso é tarefa de outro órgão?

Agradeço, mais uma vez, aos convidados a presença.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, quero apenas informar a V.Exa. que tramita na Casa um projeto de minha autoria que vincula o repasse de recursos públicos a federações e confederações a duas exigências: primeiramente, os dirigentes somente podem ter um mandato sendo reeleitos para mais um período, e a segunda exigência diz respeito à prestação de contas desses recursos.



Registro isso para corroborar a preocupação de V.Exa., pois as entidades recebem recursos públicos, organizam competições, há representação das equipes brasileiras no calendário internacional, alguns dirigentes estão há 20 anos nas confederações e não prestam contas.

Portanto, há um projeto tramitando de minha autoria, que visa exatamente responder a essa justa preocupação de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço, Deputado Paulo Rubem Santiago.

Apenas adiciono, para conhecimento de V.Exa., a informação de que o TCU já fiscaliza os recursos das confederações olímpicas, que recebem dinheiro da Lei Piva. Isso já dá ao TCU condições de fiscalizar, e efetivamente ele o tem feito.

A questão dos mandatos também é preocupação antiga daqueles que trabalham no esporte. A minha preocupação é um pouco maior com a CBF, que, de modo bastante absolutista, recusa-se inclusive a enviar representantes quando é convidada pela Câmara dos Deputados para vir falar sobre suas ações.

Portanto, agradeço, mais uma vez, aos convidados a participação. Dois deles são ex-Parlamentares e entendem perfeitamente as aflições e angústias manifestadas pelos colegas.

Quero elogiar a instalação dessa rede e, mais do que isso, queremos ter participação ativa nesse processo. A Comissão coloca-se à disposição para isso, razão pela qual perguntei sobre como a Câmara dos Deputados está agindo.

Agradeço também a presença ao representante do Ministério da Justiça.

As considerações finais poderão ser iniciadas pelo Ministro Ubiratan Aguiar, seguido pelo Ministro Jorge Hage e pelo representante do Ministério.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Pois não, Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Apenas confirmo que o recurso do Bolsa Família, sobre o qual V.Exa. se referiu, está em torno de 11 a 12 bilhões de reais. O número citado por V.Exa. foi próximo disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Muito obrigado.

O SR. MINISTRO UBIRATAN AGUIAR - Muito obrigado, Deputado.



Sr. Presidente, nobres Parlamentares, companheiros de mesa, não sei se começo pela ordem de indagação, mas eu acho que talvez seja a melhor regra, portanto vou me reportar aos questionamentos do Deputado Devanir Ribeiro.

Primeiro, como disse o Deputado Paulo Rubem, minha vida estava toda lá. Parece que não estava toda, pois lembrou de alguns episódios que parece que não estariam, mas isso eu trago para ilustrar. É que talvez o Google não tenha tudo em relação ao TCU.

Assaltou-me uma dúvida quando ele disse, então eu me socorri do Secretário do Controle Interno, que imediatamente ligou para o Tribunal porque ele também ficou estupefacto com a notícia. Mas, realmente, os relatórios de gestão estão disponibilizados desde 1993. Todos os relatórios de gestão estão disponibilizados no site do tribunal desde 1993, e os relatórios de atividade, fato mais recente, desde 2005. São os dados confirmados.

Eu fiquei assustado porque essa é uma preocupação nossa, e acho que o Google não foi buscar essa parte da história que já está disponibilizada.

O SR DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Mas isso não foi no site do Google não; no Google foi a minha vida. Eu fui buscar no site do tribunal.

O SR. MINISTRO UBIRATAN AGUIAR - Mas no site Tribunal, com absoluta certeza, V.Exa. pode fazer essa pesquisa porque esse é um dado confirmado. Quando V.Exa. disse eu fui logo perguntando e trouxe a informação.

Bom, há um questionamento... A beleza desta Casa, e eu passei por aqui, é o modo como a democracia é praticada no pluralismo das idéias. E esse questionamento eu não posso falar sobre os Tribunais de Contas de Estados e municípios, pois eles são autônomos; seguem a Constituição dos seus Estados, mas eu posso falar sobre o Tribunal de Contas da União.

Primeiro de tudo, a Constituição, que um dia eu ajudei a escrever, consagrou nos artigos 70 a 74, que um terço dos seus membros é constituído de um membro oriundo da Auditoria do Tribunal, outro do Ministério Público e o terceiro de livre indicação do Presidente da República; um terço é de indicação da Câmara dos Deputados e um é terço de indicação do Senado Federal. Não está escrito em nenhum lugar que ele deva ser Parlamentar. Qualquer partido pode registrar o nome de brasileiros que preencham os requisitos que estão inscritos na nossa Carta



Maior, como alto nível de formação intelectual na área do Direito, da Administração, da Economia, da Engenharia; que comprove 10 anos de exercício naquela atividade e que sejam sabatinados — isso eu até chamo de prova oral.

Para aqueles que defendem o concurso público, eu digo que já há um concurso público, porque a sabatina feita na busca do conhecimento daquele que está sendo sabatinado é uma prova oral, é a busca do conhecimento daquele candidato. E nesta Casa e na outra casa do Congresso Nacional faz-se realmente a busca desses nomes.

Tenho a impressão, e falo no meu caso particular, que talvez o fato de ter sido advogado, professor com 10 anos de atividade, preencho o requisito chamado técnico e, com o maior respeito que eu tenho pelos meus companheiros do Tribunal que vieram por indicação do Ministério Público e da Auditoria, fiz no passado e faço no presente por onde merecer na área técnica; tanto é que os livros que leio e escrevo caminham nessa direção.

Mas, muito mais do que isso, Deputado Devanir, V.Exa. sabe qual é o maior orgulho que tenho? Não é o de ter sido aprovado nesta Casa porque ela foi buscar, por exemplo, no meu currículo o fato de eu ter sido advogado, professor, ter 10 anos de exercício na atividade ou ter sido sabatinado. Porque eu me ofereci a cada partido, principalmente os partidos que se convencionava chamar de Esquerda. Eu fui à época aos Líderes — Aloizio Mercadante, do PT; Miro Teixeira, do PDT; Aldo Rebelo, do PCdoB — e pedi para ser sabatinado por suas bancadas porque entendia que o mérito é que deve estar presente na escolha dos nomes que vão compor a instituição a que a pessoa se candidata.

Pois bem, tudo isso foi importante, mas o meu maior orgulho é o de ter sido Parlamentar, ter sido político, ter passado por esta Casa e ter tido uma visão de sociedade, de país e de mundo. Muitas vezes, somente o conhecimento técnico e aprimorado — vejo excelentes técnicos na casa a que eu tenho orgulho de pertencer, o Tribunal de Contas da União — não basta, se a pessoa não tiver uma visão de conjunto dos problemas sociais e econômicos do país e do mundo. E esta Casa foi de vital importância na minha formação.

Aqui nesta Casa, fui Presidente da Comissão de Educação, da qual participava como Relator da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Jorge Hage,



hoje Ministros da Controladoria Geral da União. Honrava-me também ter como Vice-Presidente Florestan Fernandes. Fui por ele indicado e aclamado — não foi preciso nem votação. Nós fazíamos parte de um grupo que discutia, debatia os problemas da educação e da cultura deste País.

Então, eu levei daqui esse orgulho para o meu gabinete, estampado-o nas fotografias que ilustram minha passagem por esta Casa. E eu me orgulho realmente. Se dissessem que eu teria de escolher entre a formação técnica de advogado, fundamento exigido pela Constituição, e os 10 anos, a formação política, eu digo que eu gostaria de ter sido indicado em função da formação política, porque ela dá realmente a heterogeneidade necessária para que os votos produzidos pelo Tribunal de Contas da União tenham a qualidade que a sociedade e o Congresso Nacional, que a representa, esperam de nós. Eu entendo assim.

Quanto à vitaliciedade — e fala-se que já está muito mais perto de sair do que da entrada, da chegada ao Tribunal —, eu concordo, não só porque um dia eu a inscrevi na Constituição, e a inscreveria de novo, se fosse o caso, mas porque ela traz a tranqüilidade e a imparcialidade necessárias à isenção.

Vejam a pluralidade das ideias. Eu respeito quem pensa diferente, mas permito-me discordar em nome daquilo que acredito. Então, eu acho que a vitaliciedade deve ser marca presente, em nome da isenção que deve marcar a atuação daquele que vai para uma Corte de Contas.

Sobre a evolução patrimonial, nós fazemos o encaminhamento anualmente à Receita Federal. Nós mandamos para lá porque recebemos as cópias das Declarações de Imposto de Renda, com as Declarações de Bens, e nós mandamos para a Receita Federal com as observações e os estudos técnicos. E à Receita Federal cabe o sigilo fiscal, já que a nós não é dado entrar nessa seara. Nós encaminhamos anualmente, como encaminhamos anualmente ao Congresso Nacional a Prestação de Contas do Governo.

Preocupo-me com esse dado, porque muitas dessas declarações, de governo passados e todas do atual governo, ainda não foram apreciadas, isso ainda não foi possível. Elas muitas vezes são julgadas em cenário diferente, e há uma modificação das recomendações e das orientações que são dadas em forma de



ressalvas, que perdem o significado e o sentido de todo o trabalho técnico que foi produzido.

Falou-se aqui também sobre vários assuntos que hoje ocupam as manchetes e os noticiários da mídia. Por exemplo, as passagens aéreas, problemas no Senado Federal, profissionalização da nossa burocracia. Realmente, esses fatos são analisados inicialmente pelo órgão de controle interno de cada Poder.

Da mesma forma como hoje o Ministério do Controle e da Transparência acompanha o emprego dos recursos no âmbito do Poder Executivo, no Legislativo e no Judiciário também são os órgãos de controle interno que fazem o primeiro confrontamento. E ao detectarem indícios de irregularidades graves, formalizam o devido processo legal, que se chama Tomada de Contas Especial, ocasião em que se dá oportunidade do contraditório, para que as partes possam fazer a sua defesa, se pronunciar, e encaminham depois para o Tribunal de Contas da União exercer o controle externo. Isso não quer dizer que impeça qualquer um dos Srs. Parlamentares de, dentro das competências constitucionais de que se reveste o mandato parlamentar, solicitar auditorias, fazer representações, denúncias, fazer consultas, em tese, ao Tribunal, na certeza de que terão absoluta prioridade no atendimento. Junto com o planejamento estratégico do Tribunal, para realização das suas auditorias, dos seus monitoramentos, das suas fiscalizações, também nós estamos lá a receber essa manifestação dos Srs. Parlamentares, nos termos da legislação em vigor.

Ao responder ao Deputado Devanir Ribeiro, também estou respondendo, em parte, ao Deputado Paulo Rubem, que fez idêntica colocação no que diz respeito à composição do Colegiado. Mas falou o Deputado Paulo Rubem sobre uma série de projetos que a Frente Parlamentar que ele integra está realmente desenvolvendo. Eu faço votos de que esta Casa realmente possa, na plenitude da sua iniciativa legislativa de legislar, aprovar essas matérias, que muito vão ajudar a ação de controle quer da CGU, no âmbito do Executivo, quer do controle interno do Legislativo e do Judiciário ou do Tribunal de Contas da União, que exerce a sua atividade de controle externo.

Ele falou também sobre o problema da imunidade parlamentar, e ela diz respeito aos atos inerentes ao exercício parlamentar. Eu acho que aos partidos cabe



fazer a escolha, nos seus santuários sagrados, que são as convenções, instância última de cada partido, examinar realmente os nomes com aquele critério, com aquele rigor, na certeza de que eles possam bem representar o partido e a sociedade no exercício do seu mandato.

Ao Deputado Moreira Mendes, agradeço as referências feitas ao trabalho do Tribunal.

Um assunto que permeia várias intervenções — a dele, a do Deputado Edinho Bez, a do Deputado Márcio Reinaldo, companheiro de vários mandatos — tem relação com as obras paralisadas.

Tão brasileiros quanto os Parlamentares ou qualquer cidadão são aqueles que integram o Tribunal. Não gostaríamos de ver uma obra de um hospital, de uma rodovia, de um porto, de um aeroporto paralisada, porque isso significa desenvolvimento nacional. Mas nos impõem a responsabilidade e o cumprimento do desempenho da nossa missão a observância da lei. Se há uma lei que trata dos assuntos ambientais, que exige uma série de requisitos, como eu, no meu voto, posso dizer, ou um analista, no seu parecer, ou num trabalho de auditoria pode dizer que foram observados os dispositivos daquela lei ambiental se em verdade não foram, se não foi disponibilizada a licença ambiental para execução da obra? Não há como.

Há poucos dias, o Ministro dos Transportes e o Diretor do DNIT foram conversar conosco. Melhor que eu pudesse dizer, disse o Diretor do DNIT: das 146 obras que constavam, segundo ele disse, do FISCOBRAS, 3 tinham indicações de paralisação pelo Tribunal, 3 tinham indicações do Congresso. Para as demais não havia indicação de paralisação. E quando é que há indicação de paralisação? Quando a fraude está presente. São indícios graves: superfaturamento, conluio.. Quando verificamos, realmente, que houve direcionamento. Então, nesses casos, o dever nos impõe dizer para o Congresso Nacional o que ocorre.

Deputado Edinho Bez, eu cheguei certa vez em Florianópolis e a imprensa me procurou, dizendo: *Ministro, o senhor é o Relator da 28, a principal via de escoamento da nossa produção, vai nos interligar com a Argentina, com o Pacífico. Ela está paralisada, por ordem do Tribunal.* Eu disse: *Não, calma, são 224 milhões o valor da obra. Tem 40 indicadas de superfaturamento.* Se o DNIT e a empresa



chegarem agora, assinarem o aditivo e ele for publicado, imediatamente se susta aquela indicação de paralisação. E foi feito.

A soma desses recursos que o Tribunal tem evitado que saiam pelo superfaturamento, no ano passado, essas paralisações preventivas que o Tribunal fez significaram uma economia para o Estado brasileiro de 31,9 bilhões de reais, naquilo que foi possível nós focarmos.

Eu vi os números do nosso Jorge Hage, quando ele mostrava o quadro de pessoal. Nós temos hoje na atividade-fim de fiscalização, de auditoria, qualquer coisa em torno de 700 a 1 mil analistas. Se formos considerar os quase 12 mil órgãos, incluídos aí os quase 6 mil municípios que estão sob a nossa jurisdição, a relação seria de 1 analista para cada 12 órgãos, quando se vê o Canadá com 4 auditores para cada órgão. Há uma desproporção nisso aí, mas há um esforço monumental. E nós trabalhamos para ajudar essa missão parlamentar dos que nos honram aqui com a presença, e de outros que estão em diversas Comissões ou no Plenário, no trabalho de fiscalização. Tudo o que nós produzimos é para que o Legislativo se fortaleça no seu braço da fiscalização. Esse é o nosso objetivo maior.

Falando ainda do Deputado Edinho Bez e sobre o crime organizado, eu havia falado que a rede de controle foi uma forma que nós, órgãos participantes, encontramos de enfrentá-lo, porque, isoladamente, pouca força teríamos. Mas conjugando nossos esforços, teríamos condições plenas de enfrentar o crime organizado e enfrentar a corrupção.

Em relação à Câmara dos Deputados, não só foi firmatário o representante que o Presidente da Câmara designou para lá, um dos membros da Mesa Diretora da Casa. Mas eu já havia conversado com o Deputado Michel Temer sobre a importância da Comissão de Fiscalização. Inclusive fiz alusão à visita que o Deputado Silvio Torres havia feito e à sua vontade e dos companheiros de Comissão de ter um trabalho articulado com o Congresso.

Eu acho que a vertente natural, o braço natural do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, melhor dizendo, na composição dessa rede é a comissão própria que ela tem, comissão técnica própria, que é a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.



O Márcio Reinaldo falou sobre projeto e execução de obra. Meu caro Deputado Márcio Reinaldo — às vezes, com a proximidade, vamos perdendo o “Excelência”, quando dizemos “Márcio Reinaldo”, e não “Deputado Márcio Reinaldo” —, eu gostaria de dizer apenas o seguinte: essa Frente Parlamentar que o Deputado Rubem Santiago preside ou de que participa, o Paulo Rubem, é importante — é um detalhe que temos que focar.

O Tribunal está bem atento a esse aspecto, como a CGU e os demais órgãos, ao fato de que, hoje, nos países mais desenvolvidos, o projeto é o que mais demora para ser realizado. A execução da obra flui com rapidez. Hoje ainda vivemos o inverso: o projeto é feito com rapidez, e a obra se eterniza. Ou, às vezes, começa-se a obra sem haver projeto.

Vejam as dificuldades! E por que muitas vezes se paralisa a execução? É porque ou não há o projeto, ou o projeto ensejou uma série de manobras que permitem desvios. Os nossos votos no Tribunal podem bem atestar realmente o que agora estou afirmando.

Além do mais, há o problema da estrutura dos órgãos. Ouvi falar, por exemplo, do DNIT, na voz do seu dirigente maior. Ninguém quer fazer concurso para o DNIT, porque o engenheiro ganha pouco mais de 2 mil reais. E aí, o DNIT, para cumprir a sua missão, realiza licitação para contratar uma empresa de consultoria e assessoramento; faz outra, para contratar uma empresa de fiscalização; e uma última, para outra empresa executar. O Tribunal de Contas, ao analisar esse processo, verifica que o presidente da empresa que cuidava da consultoria tinha 2 filhos na empresa que ganhou a licitação para fazer a fiscalização; um dos diretores do próprio órgão tinha um enteado na empresa que executava a obra...

Então, são fatos dessa natureza que fazem com que o Tribunal exija medidas fortes. Quanto a esses fatos que estou relatando aqui ficamos silentes, em nome do devido processo legal, pois só após o julgamento são disponibilizados. E é por isso que nada falamos até que sobrevenha o julgamento da matéria.

Outros assuntos tratados aqui...

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, peço a licença para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado Edinho Bez, V.Exa. vai ter direito de fazer a réplica após a intervenção do Ministro.



O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Mas me parece que S.Exa. está mudando de assunto, e, assim, ganharíamos tempo com isso.

A minha sugestão era a de que o Tribunal de Contas determinasse ou sugerisse a paralisação da obra em função de uma denúncia.

O SR. MINISTRO UBIRATAN AGUIAR - Não. O Tribunal só paralisa obras se encontra indícios graves naqueles casos. Estamos à inteira disposição para mostrar qualquer processo que seja solicitado, no qual estejam presentes indícios graves de sobrepreços, direcionamento, conluio — indícios graves.

E naquele momento adotam-se 2 providências, de acordo com a gravidade do fato. O Tribunal susta a obra, manda ouvir, fixa geralmente um prazo de 10 a 15 dias. Se houve esclarecimento, saneou-se, libera-se a obra. Ou então manda-se ouvir, e, de acordo com o que vem de resposta, adota-se a providência de paralisação ou não, porque foram insatisfatórias as informações trazidas.

Essa é a sistemática.

Em relação ao FISCOBRAS, nós fazemos a indicação ao Congresso. E o Congresso é quem decidirá se repassará ou não recursos. E a história tem mostrado que o Congresso tem seguido normalmente as sugestões e indicações feitas pelo Tribunal de Contas da União, o que nos mostra — e nos traz certo alento — o respeito ao estudo técnico e criterioso feito pelo Tribunal.

Quanto à ONGs, devo dizer, meu caro Presidente Silvio Torres, que a toda entidade que tenha por objetivo dar a sua contribuição para que essa rede de controle funcione bem, e são elas que representam o controle social, o Tribunal está sempre aberto, delas quer ser parceiro, e nada o impede. Pelo contrário, é de se estimular que isso aconteça.

Em relação à Copa de 2014, o Tribunal está atento, já acionou e a sua equipe já está em campo para fazer o devido acompanhamento.

No tocante às empresas privadas, parto de um princípio que domina o sentimento do Tribunal. Para onde vai o recurso público vai a ação do Tribunal. Refiro-me a recurso público federal.

E tanto é assim que sempre falo, em relação a algumas OSCIPs ou ONGs, que essas entidades receberam o nome de “terceiro setor” porque captariam recursos privados para subsidiar ações públicas. Mas muitas sobrevivem com



recursos públicos, tão-somente com recursos públicos. Não prestam contas, porque são privadas, mas não escapam de ser fiscalizadas, em razão de receberem recursos públicos. Essa é uma preocupação que sempre demonstrei no Tribunal.

Quanto a um código de procedimento das instituições. Realmente, nunca houve tal código, houve muito mais uma motivação de integração. Em que posso ajudar o Ministério Público, que tem acesso a todos os sigilos e, por vezes, acumula pilhas de processos sem saber auditá-los? Temos toda a *expertise* de auditoria, e não chegamos para ajudá-lo. E quantas vezes há dados que são fundamentais para instruirmos nossos processos, mas não nos socorrem com aquelas informações.

Parece que, no passado, havia um pacto de silêncio. Agora, há o pacto de cooperação, para que possamos, realmente, em nome do nosso patrão, que é o Estado brasileiro, tornar o controle muito mais efetivo.

Burocracia, em relação ao Tribunal de Contas, pode parecer uma lentidão que, por vezes, irrita a todos. Quantas vezes eu quis julgar um processo e não consegui. Para se ter uma ideia, a nossa Lei Orgânica, em nome do princípio do amplo direito de defesa, oriundo de nossa lei processual, fala sobre “recurso de revisão”, que não tem efeito suspensivo, mas daqui para frente, todos os demais têm: embargos declaratórios, agravo, pedido de reexame, recurso de reconsideração. E a cada recurso desse recomeça-se o processo, pois devemos estar atentos a tudo o que foi acostado aos autos, para um acurado exame.

E para julgar esses recursos, à exceção dos embargos declaratórios ou do agravo, há o sorteio de novo Relator. Já não volta para o Relator *a quo*. São essas questões que eternizam o processo e repassam a sensação de impunidade. Quem pode nos ajudar nesse trabalho? Uma nova legislação que disponha sobre o assunto.

O caso das empresas públicas, estatais. Eu conversei sobre o assunto com os Deputado Devanir Ribeiro e Silvio Torres. O estatuto jurídico, como disse em minha fala inicial, que deveria disciplinar licitações, contratos e uma série de outros itens consagrados no §1º do art. 173, até hoje não foi votado. Só há a Lei de Licitações!

E isso retira a competitividade dessas empresas? Retira. É legítimo? Não, não é legítimo, porque as nossas empresas precisam ter agilidade para competir no



mercado internacional. Mas é legal? Não. E se o Tribunal de Contas tem que julgar com base na legalidade, como fazer!?

São amarras que temos. Mas só quem as pode desamarrar é esta Casa, que é o santuário da minha devoção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Concedo a palavra ao Deputado Devanir Ribeiro.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Sr. Ministro, Presidente do Tribunal de Contas, não citei especificamente essa questão, mas o que me assusta — e acho que a experiência vale muito — é que temos 9 Ministros em nosso Tribunal, dentre os quais 6 são ex-Parlamentares. Os outros não são pois há que se respeitar a questão do plano de carreira. Caso contrário, seriam os 9 Ministros ex-Parlamentares.

E isso ocorre no âmbito do Estado ou do Município.

Não estou retirando o brilho, pois não seria louco de legislar contra mim. Acho que ocupar a função de Deputado é algo que enobrece. De outro lado, poderíamos dizer que só pode ser Ministro do Tribunal de Contas da União porque o Parlamento nos dá condição de conhecermos o Brasil, sairmos dos nossos rincões e ampliar os nossos horizontes. E deparo hoje com jovens de 29 e 30 anos já Juízes de Direito. São meninos que saíram há poucos dias da faculdade, sem militância na advocacia, mas passaram em um concurso e podem julgar a mim, ao senhor ou a qualquer um de nós.

Então, às vezes, precisamos tomar cuidado.

O que me assusta não é se há um Parlamentar, um Senador, mas venho acompanhando isso de longa data, graças a V.Exa. — além de ter sido um brilhante Deputado é hoje um Ministro do Tribunal de Contas que honra a nós e aos brasileiros. Mas V.Exa. há de convir que a sociedade pensa assim: por que só Parlamentares? É prêmio de consolação? Não é? Isso porque, se quem vota é a Casa, então pode-se dizer que quem erra é a Casa.

Em última instância, não é o julgamento do Tribunal que está errado, seja do Supremo, seja do STJ ou do Tribunal de Contas, mas nós é que não legislamos para mudar a lei. Estamos com um Código Civil de mil novecentos e nada, e já estamos no século XXI, com as várias endemias, epidemias e até pandemias, o que



pensávamos já ter sido superado no tempo de Oswaldo Cruz. Mas estamos aqui, vivendo como brasileiros.

Eu não nominei um ou outro, mas é muito sintomático: no meu Município, no meu Estado e na União, os Ministros — ou conselheiros, no caso dos Municípios — são ex-Parlamentares, inclusive ex-colegas meus. E não estou falando de A, B ou C.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado, o Ministro Jorge Hage e o representante do Ministério da Justiça ainda têm...

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Mas não me leve a mal não, é o que eu penso.

O SR. MINISTRO UBIRATAN AGUIAR - Não, não levo.

Eu trouxe o caso para mim apenas porque não queria levar para outros companheiros.

Fiz questão de registrar o seguinte. Primeiro, não está escrito na Constituição que deva ser Deputado ou Senador. Qualquer partido pode registrar um nome que não seja...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO UBIRATAN AGUIAR - Pode registrar qualquer nome. Qualquer partido pode registrar, desde que preencha aqueles requisitos da Constituição. Tanto é que o último nome que o Senado mandou não era de Senador, nem nunca foi. Raimundo Carrero era dos quadros dos servidores do Senado Federal.

Segundo ponto. Para se ter uma ideia da concepção do nosso colegiado, somos 9 Ministros. Três não foram de indicação de nenhuma das 2 Casas do Congresso; têm assento no colegiado 4 auditores, com direito a voz, relatando processos, e com direito a voto, quando substituem, em caso de férias, licença ou qualquer tipo de vacância. Pois bem, se V.Exa. somar os 3 da chamada vertente técnica com os 4 que são todos concursados já são 7. Se for considerado mais o que o Senado recentemente indicou, que não era Parlamentar, já são 8. Então, há essa ideia apenas para efeito de figuração.

Mas oxalá, amanhã, V.Exa. ou outro Parlamentar leve ao seu partido, ou o Deputado Edinho Bez leve ao partido dele, um nome extraído da OAB ou do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, e esta Casa aprove. Enriquecerá



nossos quadros da mesma forma que nos enriquece um Parlamentar que preencheu os requisitos técnicos que a Constituição prevê.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Passo a palavra, para suas considerações, ao Ministro Jorge Hage.

O SR. MINISTRO JORGE HAGE - Com muita satisfação, Sr. Presidente.

Inicio comentando algumas colocações do Deputado Devanir, que entendo dirigidas também à CGU. E somente falarei sobre os assuntos que não me pareceram exclusivos do Tribunal de Contas, porque sobre esses o Ministro Ubiratan já respondeu e eu assino embaixo, como, aliás, de tudo o que S.Exa. escreve.

Primeira questão. Quanto à importância de se dar conhecimento ao Congresso de tudo o que ocorre nos relatórios de fiscalização, quero esclarecer que a Controladoria encaminha à Mesa da Câmara e à Mesa do Senado todos os resultados de suas fiscalizações. Além disso, a partir de agora, estamos colocando no *site* da Controladoria. Então, quando se conclui uma etapa, nós comunicamos à Mesa que está no endereço tal, no *site* da CGU.

Quanto à colocação do nobre Deputado Devanir sobre o que resulta das fiscalizações, parece-se que S.Exa. se referia mais especificamente às fiscalizações nos municípios, que são em número maior e têm despertado maior atenção da população. Já são quase 1.500 municípios visitados somente a partir de sorteios públicos, sem contar um número maior do que esse que tem sido visitado a partir de denúncias. A partir de sorteios, 1.461 municípios foram visitados.

Quais os resultados? O que se tem obtido de concreto daí? Eu diria: 1.063 instalações de procedimentos preparatórios pelo Ministério Público, somente a partir dessa linha de atuação, os sorteios.

Quantos desses procedimentos preparatórios ou inquéritos civis resultaram em ações judiciais? Infelizmente, não temos ainda esse número. Estamos em vias de obter, através da integração dos sistemas informatizados, dentro dessa articulação da área de tecnologia a que se referiu o Dr. Silvio, do Ministério da Justiça, esse acompanhamento *on-line* das ações ajuizadas, relacionando-as com o móvel que as deflagrou. Se foi um relatório nosso ou não, ou se foi um inquérito policial, por exemplo.



Além disso, do ponto de vista da punição aplicável pelo próprio Poder Executivo, no caso, obviamente, de agentes federais, já temos mais de 2 mil penalidades — demissão, cassação de aposentadoria, destituição de cargo em comissão —, com impossibilidade de retornar ao serviço público pelos próximos 5 anos. Já há mais 2 mil penalidades desse nível máximo, sem contar suspensões e advertências, penalidades mais brandas.

Do ponto de vista da melhoria da gestão. O objetivo não é só punir, talvez o mais importante seja melhorar a gestão para evitar a repetição. Nós temos uma atuação intensiva de orientação para implantação de controle interno municipal em muitas prefeituras, e temos o programa de capacitação, também a partir de sorteios. As prefeituras que quiserem se inscrever para ser objeto de um outro sorteio, não para ser auditadas, mas para receber a capacitação e os acervos técnicos mínimos — livros, bibliografia legal, etc. —, orientação aos conselheiros dos conselhos municipais da merenda, conselho do FUNDEF, conselho da saúde, conselho da assistência, poderão fazê-lo. A maioria dos conselheiros, nos casos sobretudo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, são extremamente despreparados — nas Regiões Sul e Sudeste a situação é um pouco melhor.

Esses conselheiros têm a incumbência da maior importância: fazer o acompanhamento do controle social de todos esses programas *in loco*. Foi o modelo concebido quando dessa enorme descentralização de execução do Governo Federal para os Governos locais a que se referiu o Ministro Ubiratan, com transferências maciças de bilhões e bilhões de reais por ano, através de convênios e contratos de repasse. Já se sabia das dificuldades que isso geraria, mas não havia opção, porque num país com a dimensão continental do Brasil seria um absurdo imaginar a execução direta pelos órgãos federais.

Havia que se transferir a execução para as instâncias locais. E aí, como fiscalizar? A concepção inicial era de que os conselhos locais fossem uma instância importante de acompanhamento, mas seria preciso capacitá-los. Então, temos investido muito nisso também.

No plano nacional, do ponto de vista de melhoria da gestão, eu citaria o SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, montado pelo Ministério do Planejamento juntamente com a CGU, que está entrando em vigor



agora, com algumas dificuldades e certo adiamento. Isso ocorreu até para não inviabilizar a implementação de convênios oriundos de emendas parlamentares, inclusive porque, se fosse exigida a implementação imediata, seriam inviabilizadas muitas ações. Então, a implementação está sendo feita de modo ponderado e gradual e vai melhorar muito, porque vamos ter, *on line*, desde a possibilidade de visibilidade dos projetos até a prestação de contas. Tudo no site do SICONV.

Houve uma observação do Deputado Márcio Reinaldo Moreira com relação aos problemas de execução das obras do PAC, que foi pensado, dentre outras finalidades, como meio de dinamização da economia nesse período de crise, além de ampliação das infraestruturas energética, de transporte e social. S.Exa. observa que algumas obras estão paralisadas. Eu diria: a Controladoria não determina a paralisação de obras, até porque não tem competência legal para tanto. A Controladoria recomenda. A decisão de paralisar cabe ao Tribunal de Contas da União ou ao Congresso Nacional; a Controladoria recomenda. E nós, sistematicamente, seguimos a diretriz de evitar ao máximo a recomendação de paralisação. Somente o fazemos em situações absolutamente extremas, quando há caracterização de indício de crime. Não quando há qualquer irregularidade administrativa, mas crime.

S.Exa. citou a Operação João de Barro, que tratou da identificação de uma quadrilha que atuava em municípios principalmente de Minas Gerais, com pequena ramificação nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. A maior parte de suas ações era em Minas Gerais, e ela foi identificada numa operação da Polícia Federal. A Controladoria foi comunicada, e, num primeiro momento, recomendamos ao Poder Executivo, à Caixa Econômica principalmente, a suspensão dos repasses de recursos enquanto nos apropriávamos — nós e a Polícia — da documentação e dos elementos necessários à investigação.

Em menos de 60 dias houve a liberação total. Nesse período, houve algum prejuízo? Houve, sem dúvida. Em tais momentos, há que se usar a balança: ponderar o custo-benefício de uma medida ou de outra, não suspender nada ou suspender pelo período mínimo possível e, logo que possível, viabilizar a retomada das obras.



Tivemos a oportunidade de atender a diversos Prefeitos, alguns acompanhados e indicados por S.Exa. e por outros Parlamentares. Demos a todos eles prioridade absoluta na remoção dos obstáculos, para poderem retomar o ritmo normal das obras.

Sr. Presidente, Deputado Silvio Torres, quanto à parceria com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, estou aguardando a visita de S.Exa., que foi prometida, mas depois adiada. Estamos à disposição de V.Exa. com um café — que não é tão gostoso quando este último, mas faremos o possível para que chegue perto.

Sobre a participação de ONGs da sociedade civil que atuam na área, diria que, sem a menor dúvida, já temos parcerias com várias delas. Existe uma rede onde atua o IFC – Instituto de Fiscalização e Controle, inclusive composto por vários auditores e ex-auditores do Tribunal de Contas da União, que se organizaram numa ONG. Temos parceria com a AMARRIBO. Temos parceria com uma ONG denominada “Quem Não Deve Não Teme”, que atua muito nessa área no Nordeste. E, no plano nacional, com a Transparência Brasil e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Esses 2 últimos participam do nosso Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção e de todas as nossas iniciativas.

Intensificamos recentemente a parceria com o Instituto Ethos, para atuarmos na interseção entre o combate à corrupção nos setores público e privado. Entendemos que, seguindo uma tendência mundial hoje, em todos os contatos em termos internacionais que temos mantido, inclusive em reuniões do Fórum Econômico Mundial, a grande ênfase é no sentido de intensificar parcerias entre os setores público e privado, para combater a corrupção aí nesse ponto de interface.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - A minha pergunta, Sr. Ministro, é se não seria possível integrá-lo à Rede, não apenas fazer.

O SR. MINISTRO JORGE HAGE - Bom, a coordenação da Rede já cabe ao meu amigo, o Presidente Ubiratan Aguiar.

As entidades ditas privadas, a exemplo da CBF, como disse V.Exa., administram recursos que, em grande parte, são públicos. Eu diria que, no que se refere a recursos realmente federais, elas estão sujeitas a total fiscalização.



Imagino que a preocupação do Sr. Presidente, se bem entendi, seja quanto àqueles outros recursos que não são formalmente públicos, mas são angariados por força de iniciativas do Poder Público. Essa é realmente uma questão a se cuidar no plano normativo e legislativo; de como ajustar a legislação para permitir maior controle dos órgãos públicos sobre esses recursos que, do ponto de vista formal, não são públicos.

Quanto à integração na Rede de Controle das preocupações em relação à burocracia, se bem entendi sua questão — e não a entendi exatamente como o fez o Ministro Ubiratan Aguiar —, percebi que a preocupação de V.Exa. era no sentido da remoção de óbices burocráticos para tornar mais efetiva a atividade dos órgãos públicos. Eu diria que, sem dúvida nenhuma, participei dessa preocupação. Por isso mesmo a nossa parceria com o Ministério do Planejamento é exatamente a outra face da nossa atuação quanto controle interno, que não tem nada a ver com a parte punitiva, sancionadora, mas com a parte de melhoria da gestão pública. Sem isso, nunca iremos avançar muito. É preciso aprimorar a gestão pública nos mais diversos aspectos. E uma vez que o Ministério que trata da gestão é o do Planejamento, que se chama Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, temos tentado intensificar essas parcerias, na busca de aprimoramentos gerenciais, da gestão pública no plano federal. São iniciativas que dizem respeito, por exemplo, a concursos públicos, regulamentação de regras sobre terceirizações, regulamentação do nepotismo; enfim, uma série de questões relativas à gestão pública, as quais somente podem ser encaminhadas em parceria com o Ministério do Planejamento.

Acredito que o Ministro Ubiratan Aguiar também tem a mesma preocupação, pois convidou o Ministério do Planejamento a participar da Rede.

Outra pergunta do nosso Presidente é se a CGU poderia ter uma atuação ainda mais abrangente ou se estamos no nosso limite. Diria que, do ponto de vista de nossos recursos humanos, materiais e financeiros, estamos realmente operando no limite. Agora, interpreto a indagação de S.Exa. num sentido mais amplo: que espécie de limitações enfrentamos? Diria que enfrentamos as limitações naturais de qualquer instituição de controle, que decorrem das condições objetivas da realidade. Ou seja, entendemos que, na raiz de grande parte dos problemas de corrupção,



estão completamente fora do nosso controle questões como, por exemplo, o financiamento de campanhas.

Pessoalmente, sou absolutamente favorável ao financiamento público e exclusivo. Sei das dificuldades para se adotar uma medida como essa entre nós, sei da enorme dificuldade, alegada pelos adversários dessa tese, quanto a haver alguma fiscalização pelos tribunais eleitorais ou por quem seja, enquanto se mantiver a possibilidade do voto individual. Então, o financiamento público de campanhas teria que vir casado com o voto em lista. E aí sabemos de todos os argumentos contrários ao voto em lista, fundados, em uma palavra, nas preocupações com as ditaduras partidárias. Sei que esse é um problema real. Passei por ele também, quando fui Parlamentar.

Vale ponderar aqui, novamente, o custo e o benefício e ver onde está o maior benefício e onde estão as maiores dificuldades. Mas essa é tarefa do Congresso.

É tarefa do Congresso também fazer alguma alteração, que a mim me parece oportuna, na sistemática de elaboração e tramitação do Orçamento anual do Governo.

Além disso, me parece ser preciso modificar a concepção do que seja a LDO. Na nossa opinião, a Lei de Diretrizes Orçamentárias não pode continuar sendo uma lei anual de normas orçamentárias e financeiras, que muda todo ano. É preciso editar a nova lei de normas orçamentárias e financeiras prometida pela Constituição em 1988. Após 20 anos, não saiu ainda, como o Estatuto da Empresa Pública, a que se referiu o Ministro Ubiratan. É preciso, então, elaborar outra lei para substituir a velha Lei nº 4.320. Enquanto ela não vem, os problemas são resolvidos pela LDO, mas este é o pior dos mundos, porque a cada ano a norma é modificada. Não há nem tempo para os órgãos de controle apurarem se foi ou não descumprida uma norma da LDO, porque no ano seguinte a lei já não é mais aquela. Quando as pessoas tomam conhecimento da norma, ela já não vale mais.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO JORGE HAGE - Há, então uma série de questões, Sr. Presidente, que, na verdade, são limitações. Nós sabemos que o nosso esforço pode chegar até um determinado ponto. Porém, alguns obstáculos estão muito além e não serão removidos, por mais que se aperfeiçoem os órgãos de controle, porque



são questões mais profundas — algumas delas — e importam na necessidade de alteração da própria Carta Básica Constitucional.

Por fim, presto um esclarecimento sobre o programa Bolsa Família.

Realmente, nós não divulgamos que tenhamos encontrado 10% dos beneficiados em situação irregular. Não. Pelo contrário, o que nós divulgamos, em trabalho recente, foi uma queda sistemática e persistente no número de irregularidades que encontramos nesse programa.

Eu mesmo tenho usado o programa Bolsa Família como um exemplo de programa federal bem administrado. Tem irregularidades? Tem. Todos têm e sempre terão, mas se trata de uma linha decrescente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Até porque, Ministro, o cadastramento é feito pelas Prefeituras. Não é de exclusiva responsabilidade do Governo Federal.

O SR. MINISTRO JORGE HAGE - Isso, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Estou fazendo uma observação geral.

O SR. MINISTRO JORGE HAGE - Sem dúvida. Eu entendo perfeitamente. Mas me refiro mesmo àquilo que depende das Prefeituras, como, por exemplo, algo que foi objeto de notícia divulgada ontem pelo *Correio Braziliense*. Segundo o jornal, um número elevado de Municípios — cerca de 50% — não estava cumprindo uma das exigências da lei do Bolsa Família, qual seja a divulgação dos cadastrados. Esse foi realmente o item em que o índice de irregularidade, ou de descumprimento, mostrou-se mais alto, e, é claro, foi ele que recebeu maior destaque do jornal. Não deu a publicação destaque a outros itens, porque eram bons. Mas, mesmo nesse, a tendência é de aprimoramento. A pesquisa passada apontou 62% e, agora, está na faixa de 50%.

Entretanto, quanto ao cumprimento das condicionalidades de vacinação e de frequência à escola, o índice de irregularidade já está abaixo de 5% e vem caindo. Quanto a outro item, o de a família estar fora da faixa de renda, o índice fica entre 5% e 7%. Portanto, o controle do programa vem se aprimorando muito.

Por último — e é esta a sua indagação —, direi se é a CGU que aprecia currículos a fim de que pessoas sejam indicadas a nomeações em órgãos públicos.



Não, não é a CGU. Esse trabalho é de responsabilidade da Casa Civil, exceto no que se refere a nomeações para órgãos integrantes dos sistemas que a CGU encabeça, como o Sistema de Controle Interno. Aí, sim, todos os integrantes de auditorias internas, de assessorias de controle, de CISETs passam pela CGU. O mesmo vale para o Sistema de Corregedorias: a nomeação de todos os Corregedores, de qualquer nível, passa pela CGU.

Era somente isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Somos nós que agradecemos, Ministro Jorge Hage.

Para suas considerações finais, passamos a palavra ao Sr. Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE JÚNIOR - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria, primeiro, fazer um rápido apontamento em relação a uma indagação que V.Exa. fez sobre as ONGs, assunto já abordado pelo Ministro Ubiratan Aguiar e pelo Ministro Jorge Hage. Faço isso para colocar à disposição, também no âmbito do Ministério da Justiça, o Cadastro Nacional de Entidades Sociais. Por intermédio da Secretaria Nacional de Justiça, o Ministério tem a incumbência de atuar no cadastramento de organizações sociais, um cadastro nacional que pode ser objeto de consulta — está à disposição da Comissão e também da Rede.

Queria, agora, aproveitar apontamentos que fiz a respeito de manifestações dos Deputados Silvio Torres, Devanir Ribeiro e Paulo Rubem Santiago. Todos, em algum momento, comentaram a questão da profissionalização dos quadros, sobretudo no que se refere aos quadros que atuam no segmento de controle. O Deputado Paulo Rubem Santiago fez uma manifestação sobre os investimentos, sobre a necessidade de concursos públicos para o TCU e para a CGU. O Deputado Silvio Torres fez uma observação a respeito da burocracia como elemento que contribui para o desperdício e para a corrupção. O Deputado Márcio Reinaldo Moreira, por sua vez, falou de obstáculos administrativos e jurídicos para a execução de ações como, por exemplo, as relacionadas ao PAC.



Embora esteja aqui na qualidade de Secretário-Executivo Substituto da Pasta, na condição de titular da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração eu lido todo o tempo com a execução das ações do Ministério da Justiça e posso falar um pouco a respeito do assunto. Lidar com a legislação administrativa e aplicá-la não é tarefa para amadores, ainda que movidos por boa-fé, ainda que bem-intencionados.

Na condição de gestor público, valho-me sempre da CGU — e sempre fui muito bem atendido por ela —, naquela vertente que o Ministro Hage abordou: a de atendimento, de orientação ao gestor público, de prevenção.

É importante salientar que, quando o Ministro Hage fala dos resultados relacionados ao Bolsa Família, fica claro, pelo menos para mim, que investir em controle significa promover a regularidade da execução.

Contudo, é preciso colocar em discussão um aspecto que já foi inclusive levantado pelo próprio Presidente da República. Como eu dizia, lidar com a legislação administrativa não é tarefa para amadores; é coisa para profissionais, é coisa para gente do ramo. A profissionalização dos quadros passa, por exemplo, por uma questão citada pelo Ministro Ubiratan Aguiar: a desproporção entre o tempo gasto na elaboração de um projeto e o tempo empregado na sua execução. Outro exemplo dado pelo Ministro foi o de que o concurso público para preenchimento dos quadros do DNIT não é atrativo para os profissionais que estão no mercado, em virtude dos salários oferecidos.

É importante, portanto, pensarmos na profissionalização dos segmentos relacionados à execução. Posso falar pelo Executivo Federal. Muitas vezes, em tom de gracejo, em tom de ironia, eu comento dentro do Ministério da Justiça que a comparação entre o controle e a execução às vezes se parece com a comparação entre *Jornada nas Estrelas* e *O Incrível Exército de Brancaléone*.

Em boa parte dos segmentos relacionados à execução não há quadros profissionais. Não há uma carreira de Estado relacionada à execução nos segmentos administrativos, na área meio dos Ministérios. Falo de carreiras relacionadas à realização de licitações e de contratos ou à administração de recursos humanos, por exemplo, onde acontece a execução dos recursos.



Tramita nesta Casa um projeto de lei que versa sobre a criação de uma carreira de analista executivo. Trata-se de projeto da maior importância, que pode promover uma melhoria, um incremento na qualidade da execução do gasto público e agilidade no Executivo Federal.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível..)

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE JÚNIOR - Ou, por não conhecer o ramo, faz malfeito, embora não por má-fé. Como dizia o Ministro Jorge Hage, muitas vezes, a auditoria se depara com desinformação, com despreparo.

Então, é importante — valho-me desta oportunidade — chamar a atenção dos Srs. Parlamentares para esse projeto de lei que tramita nesta Casa, que é da maior importância, pois pode promover um salto na qualidade da gestão pública no País, uma vez que até aqui experimentamos um grande avanço no segmento do controle e em segmentos relacionados a outras carreiras de Estado, mas ainda não chegamos a esse ponto na execução. Gostaria de aproveitar esta ocasião para chamar a atenção de V.Exas. para esse projeto de lei.

Bom, esse talvez tenha sido o ponto que mais me chamou a atenção. Fica sendo, portanto, o meu comentário mais específico. Os outros comentários tecidos pelos Srs. Deputados têm muito mais relação com a paralisação de execução de projetos, que relaciono também com o comentário que fiz; e com a questão que o Deputado Silvio Torres abordou a respeito da promoção de grandes eventos. Agora vem a Copa do Mundo, depois devem vir as Olimpíadas. Vejam, mais uma vez, como pode ser importante, oportuno e conveniente termos quadros de Estado atuando na execução.

Então, é quase como um samba de uma nota só, se me permitem a expressão: quaisquer comentários de que eu tenha tomado nota e com muita atenção ouvido dos Srs. Deputados relaciono com essa matéria que está em tramitação na Casa.

Gostaria, para encerrar as minhas considerações finais, de trazer os cumprimentos do Ministro Tarso Genro. Na qualidade de Secretário-Executivo em substituição, exerço as funções de Vice-Ministro e pude presenciar e testemunhar o



interesse de S.Exa. em participar desta audiência. Entretanto, a ela não pôde comparecer, por outras razões.

Gostaria, Sr. Presidente, por fim, de fazer uma consideração de caráter pessoal. Para isso, peço licença aos Srs. Deputados. Posso me considerar um profissional vocacionado para atuar na execução, na gestão pública. De fato, concursos públicos talvez não sirvam para aferir vocação, mas eu me considero um servidor vocacionado para essa função.

Boa parte disso deve-se à minha formação em casa. Fico muito feliz, muito honrado de estar nesta Comissão, aqui na Câmara dos Deputados, discutindo com V.Exas. assuntos relacionados ao meu dia a dia profissional, entre outros motivos, porque sou filho de um servidor desta Casa que atuava nos mesmos segmentos em que atuo atualmente e que se aposentou pela Câmara dos Deputados.

V.Exas. não podem avaliar a influência que a atuação dele aqui, como servidor público, exerceu sobre minha formação pessoal. Mas posso dizer a V.Exas. — fiz até um comentário com o Ministro Ubiratan — que meu pai fez parte da equipe de outro servidor da Casa cuja carreira culminou como Presidente do TCU, o Dr. Luciano Brandão. Isso também serve como um comentário para aquela outra questão colocada por V.Exas. sobre as indicações feitas para o Tribunal de Contas da União.

Deixo aqui o meu emocionado depoimento pessoal e o meu agradecimento.

Fico à disposição dos Srs. Deputados para, em nome do Ministério e em meu nome, debater, discutir, enfim, para qualquer ação que vise a promover a melhoria da gestão pública.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Eu acho que os senhores podem nos ajudar em algo.

Sempre debati essa questão da competência para elaborarmos o Orçamento, porque não podemos ficar na dependência. O Executivo manda para nós a proposta. Temos o Plurianual e a LDO. Somos corresponsáveis, e às vezes brincamos que



não somos responsáveis. Acho que deveria ser competência nossa. Escuto isso há muito tempo. Deveríamos nos preparar para isso, mas não o fazemos.

A Constituição veio até certo momento e depois nos perdemos no meio do caminho. Agora, está essa salada que estamos vendo. Foi o que ocorreu no ano passado: *"Está na LDO? Não está na LDO? Qual é a LDO que vale? A passada ou a futura?"* Aí não havia o descriptivo, e a coisa pegou, porque um Ministro interpretava de um jeito, outro interpretava de outro, e nós entendíamos outra coisa. Vi isso quando estava na Comissão Mista de Orçamento. Era só isso o que tinha a dizer.

Agradeço a presença dos senhores, na condição de autor do requerimento que possibilitou a realização desta reunião.

Não faltará oportunidade para eu procurá-los, a fim de dialogarmos. E, com esse diálogo, poderemos construir algo melhor, não para nós, mas para o Brasil, para que possamos sair deste marasmo para o qual damos vários nomes, mas, de fato, é falta competência e de vontade política para que possamos resolver juntos os problemas e os entraves que nós temos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Cumprimentamos e agradecemos ao Deputado Devanir a iniciativa de requerer a realização desta audiência pública, sem dúvida alguma extremamente produtiva e importante para os trabalhos da nossa Comissão.

Queremos também agradecer aos Deputados Márcio Reinaldo Moreira, Edinho Bez, Paulo Rubem Santiago, Moreira Mendes, além de outros Deputados que passaram aqui, a presença.

Faço mais um agradecimento especial aos nossos convidados, não só pela exposição esclarecedora, objetiva, que vai nos dar maior motivação para o nosso trabalho de fiscalização financeira e controle, mas também pela paciência de terem ficado praticamente 4 horas à nossa disposição.

Agradeço ao Ministro Jorge Hage e cumprimento S.Exa. pelo trabalho que vem realizando no seu Ministério, no que diz respeito a assunto tão sensível e importante para a sociedade brasileira; ao Ministro Ubiratan Aguiar, que tem essa parceria indissolúvel com a nossa Comissão e com a Câmara dos Deputados; aos demais membros do Tribunal; ao Sr. Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior,



que, além da sua contribuição, deixou-nos um exemplo de disposição de lutar pelo interesse público, o que realmente não é muito comum. Muito obrigado a V.Sa. Muito obrigado a todos.

Antes de encerrar a reunião, convoco todos os Parlamentares para a reunião deliberativa a ser realizada amanhã, dia 6, às 10h, no Plenário 9, localizado no Anexo II.

Convoco também os Parlamentares para reunião de audiência pública a ser realizada na próxima quinta-feira, às 10h, destinada a discutir os efeitos financeiros e patrimoniais das ações previstas no Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica. A reunião ocorrerá em razão da aprovação de requerimento de autoria do Deputado Duarte Nogueira e contará com a participação do Sr. Maurício Tomalsquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética; e do Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.